

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE
GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
INTEGRADA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.**

**MECANISMOS DE (NÃO) ACESSO E (NÃO)
PERMANÊNCIA DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS, DO ENSINO
FUNDAMENTAL, NO MUNICÍPIO DE JATAÍ – GO:
Escola Municipal Auta de Souza.**

IVETE CÂNDIDA BARBOSA FERREIRA

Jataí, ago.2009

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE
GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
INTEGRADA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.**

**MECANISMOS DE (NÃO) ACESSO E (NÃO) PERMANÊNCIA
DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DO
ENSINO FUNDAMENTAL, NO MUNICÍPIO DE JATAÍ – GO:
Escola Municipal Auta de Souza.**

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação *lato sensu* do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Goiás/IF-GO, como exigência parcial para obtenção do Título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos, sob orientação da Professora Dr^a. Maria Emilia de Castro Rodrigues.

IVETE CÂNDIDA BARBOSA FERREIRA

Jataí, ago.2009

**MECANISMOS DE (NÃO) ACESSO E (NÃO) PERMANÊNCIA
DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DO
ENSINO FUNDAMENTAL, NO MUNICÍPIO DE JATAÍ – GO:
Escola Municipal Auta de Souza.**

IVETE CÂNDIDA BARBOSA FERREIRA

**MECANISMOS DE (NÃO) ACESSO E (NÃO) PERMANÊNCIA DOS
ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DO ENSINO
FUNDAMENTAL, NO MUNICÍPIO DE JATAÍ – GO: Escola Municipal
Auta de Souza.**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação *lato sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, para obtenção do grau de Especialista, aprovada em 07/08/2009, pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^a. Dr^a Andréia Ferreira da Silva – UFG

Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira – UFG

Prof^a. Dr^a. Maria Emilia de Castro Rodrigues - UFG

RESUMO

“Mecanismos de (não) acesso e (não) permanência dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, do Ensino Fundamental, no Município de Jataí – GO: Escola Municipal Auta de Souza” é o tema desta pesquisa realizada na escola mencionada no título desse trabalho, onde funcionou, em 2008, a Educação de Jovens e Adultos das seguintes turmas: 4ª série do 1º segmento, 1º, 2º, 3º e 4º período, do 2º segmento, no período noturno. O objetivo desse trabalho foi a investigação das possíveis causas que levaram vários alunos a não ingressarem no processo escolar e entre os que conseguiram esse acesso, porque alguns não permaneceram na escola. Trata-se de um estudo de caso, e na metodologia de pesquisa utilizada lançamos mão de escritos de autores para aprofundamento teórico, dentre os quais destacamos Machado (1996 a 1998), Cury (2007), Paiva (1997, 2004, 2008), Andrade (2004), Abrantes (1997), Oliveira (2004), Khol (2005), Paro (1999), Rodrigues (2000), Vasconcellos (2000), Ventura (2006), bem como legislação etc., com vistas ao conhecimento do histórico dessa modalidade de ensino, a análise dos dados em relação à caracterização dos sujeitos alunos e professores; sobre o mundo do trabalho. Também fizemos uso de instrumentos de pesquisa tipo etnográfica, tais como: análise documental (investigando fichas individuais de alunos e professores, diários de classe); observações contínuas; bem como entrevistas com alunos, professores e envolvidos na comunidade escolar. Os resultados dessa pesquisa apontaram como causa principal do “não” acesso a essa modalidade de ensino, a falta de uma ampla divulgação nos meios de comunicação à comunidade em geral e como causa principal da “não” permanência, o próprio trabalho dos alunos, sendo ele também o motivo da procura pela escola, além de outros fatores de ordem interna e externa, que interferem também nesse processo, como: problemas de saúde, problemas familiares, moradias distantes, conteúdos e metodologias não motivadoras, falta de formação dos docentes. Em geral, os alunos são trabalhadores e trabalhadoras nas mais diversas profissões e com pouca qualificação, que estão na faixa etária entre 16 e 65 anos, e buscam a escola objetivando alcançar melhores postos de trabalho, visto que o mercado hoje exige tal qualificação.

Palavras chave: Educação de Jovens e Adultos, acesso, permanência, direito à educação, mundo do trabalho.

LISTA DE SIGLAS

- CEEA – Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos
- CEB – Câmara de Educação Básica
- CEDAC – Centro da Ação Comunitária
- CEE – Conselho Estadual de Educação
- Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica
- CPC – Centro Popular de Cultura
- Eaja – Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos.
- EDA – Educação de Adultos
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- EP – Educação Profissional
- Fundação Educar – Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adulta
- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
- FUNDEB – Fundo Nacional de Valorização da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação Básica
- IF-GO – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Goiás
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEB – Movimento de Educação de Base
- MCP – Movimento de Cultura Popular
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização
- Mova – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
- PAS – Programa de Alfabetização Solidária
- PNAC – Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Projeto Aja – Experiência Pedagógica de 1ª a 4ª Séries do Ensino Fundamentais para Adolescentes, Jovens e Adultos.

Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

Secad – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

SEE – Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás

Sejas – Serviços de Educação de Jovens e Adultos

SME – Secretaria Municipal de Educação

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida e pela oportunidade de participar desta pesquisa, pois creio que a concretização da mesma só foi possível graças à ÊLE por nos conceder a persistência diante das dificuldades encontradas e a contribuição de pessoas importantes, como os coordenadores, professores e colegas do Curso de Especialização.

Aos professores do curso: Maria Margarida, Arlene, Cleiton, João Ferreira, Mad'Ana, Mirian Fábria, Andréia, Geovana, Maria Emília e Jaqueline, obrigada por tudo, pois o incentivo e intermediação de vocês foram fundamentais ao nosso processo de aprendizagem e conclusão do curso. Que Deus continue abençoando e aumentando a sabedoria em cada um de vocês.

Em especial agradeço de coração à professora Maria Emília por ter nos orientado com tanta competência e dedicação, o que nos proporcionou chegar com sucesso ao final dessa monografia e que veio contribuir muito para minha formação como docente da EJA.

À Terezinha, coordenadora do Curso de Especialização que esteve sempre ao lado oferecendo suporte aos professores e alunos com muita dedicação e disposição, o nosso muito obrigado!

Aos professores, grupo gestor, funcionários e alunos da Escola Municipal Auta de Souza que contribuíram com dados para essa pesquisa, os meus agradecimentos.

Aos colegas, obrigado pela companhia e amizade que fizemos no decorrer de quase dois anos juntos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O MUNDO DO TRABALHO: SUJEITOS DA EJA.	12
1.1 – Contexto histórico da EJA – Educação de Jovens e Adultos, no Brasil.	12
1.2 – Quem são os sujeitos da EJA – Educação de Jovens e Adultos?	23
CAPÍTULO II	
O COTIDIANO DA EJA: MECANISMOS DE “NÃO” ACESSO E “NÃO” PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA.	
343	
CAPÍTULO III	
NECESSIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PRIORIZANDO O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO.	
554	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

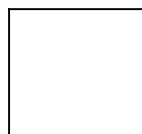
621

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

665

ANEXOS

7069



INTRODUÇÃO

O presente trabalho, com o título "Mecanismos de (não) acesso e (não) permanência dos alunos da EJA do Ensino Fundamental da Escola Municipal Auta de Souza, em Jataí – Goiás" foi sistematizado com o objetivo de identificar, compreender e analisar os fatores que tem interferido no acesso e permanência dos alunos que estudam no noturno, do I ao IV período, na Unidade Escolar acima citada.

A experiência como educadora na Educação de Jovens e Adultos, no ensino fundamental, do I ao IV período noturno, observando as dificuldades dos alunos em saber da existência do curso, se matricular, chegar ao final do período letivo e concluir com sucesso o curso, juntamente com os estudos realizados no presente Curso de Especialização, levou-nos a investigar os motivos de não acesso e a não permanência dos alunos na escola.

Algumas questões que nortearam o processo de pesquisa foram as seguintes: Que fatores contribuem para o “não” acesso e “não” permanência, dos sujeitos da EJA do Ensino Fundamental, no município de Jataí, na Escola Municipal Auta de Souza? O que impede o acesso desses sujeitos à educação escolar, embora tenham o direito garantido por lei? O que leva os mesmos a desistirem de concluir os estudos? Como intervir nessa situação de forma a mudar essa realidade?

Na construção deste estudo de caso, a partir dos questionamentos acima fizemos leituras de autores que discutem sobre a Educação de Jovens e Adultos como: Machado (1996 a 1998), Cury (2007), Paiva (1997, 2004, 2008), Andrade (2004), Abrantes (1997), Oliveira (2004) Khol (2005), Paro (1999), Rodrigues (2000), Vasconcellos (2000), Ventura (2006), entre outros, além da legislação que ampara essa modalidade de ensino, para embasamento teórico que nos subsidiasse para análise dos dados obtidos e a construção desta monografia.

Além das leituras realizamos coleta de dados utilizando-nos de instrumentos da pesquisa etnográfica, tais como observação contínua no local de trabalho e análise documental (através da observação e análise dos diários de classe e fichas individuais de alunos e professores, na secretaria da escola, para verificarmos o número de alunos matriculados, desistentes, a idade e a profissão); bem como realizamos entrevistas com alunos, ex-alunos, professores, gestor e funcionários da escola, fazendo uma sondagem das possíveis causas de “não” permanência desses alunos, com base em algumas variáveis, como: acesso, diagnóstico inicial, plano de curso, conteúdos (currículo), metodologias, avaliação, desafios e dificuldades enfrentados, plano de atendimento especial, processo avaliativo utilizados nesta Unidade Escolar.

Diante dos dados coletados e as análises dos mesmos organizamos o presente trabalho em três capítulos: O capítulo I, com o título “Educação de Jovens e Adultos e o Mundo do Trabalho: Sujeitos da EJA” foi subdividido em duas partes, sendo a primeira o “Contexto histórico da EJA – Educação de Jovens e Adultos, no Brasil”, apresenta um breve histórico da EJA, no Brasil; e a segunda “Quem são os sujeitos da EJA – Educação de Jovens e Adultos” mostra uma caracterização ou perfil dos alunos e dos professores dessa modalidade de ensino, em âmbito geral e local.

O segundo capítulo, intitulado “O cotidiano da EJA: Mecanismos de “não” acesso e “não” permanência do aluno na escola”, retrata a problemática vivida por esses sujeitos no dia-a-dia, tanto no que se refere aos alunos, como aos professores, envolvendo os fatores causadores de exclusão desses alunos, do processo de escolaridade.

O terceiro capítulo, denominado “A necessidade de oferta de educação, com base no trabalho, como princípio educativo”, preocupou-se com a importância da educação discutir as questões relacionadas ao trabalho, e uma formação mais digna e humana, aproximando a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional.

Já as considerações finais contemplam a síntese das reflexões e estudos realizados durante o percurso desse trabalho, bem como das entrevistas com alunos e educadores e pesquisa documental realizadas na Escola Municipal Auta de Souza, em Jataí – Goiás, apontando para os aspectos internos e externos que geram o não acesso e não permanência dos alunos da EJA, impedindo a conclusão do ensino fundamental, de forma positiva, por estes sujeitos, bem como apresentamos algumas sugestões advindas dos sujeitos entrevistados.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O MUNDO DO TRABALHO: SUJEITOS DA EJA.

O propósito deste capítulo é fazer um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, buscando compreender sua trajetória de exclusão e suas conquistas e uma caracterização geral dos sujeitos da EJA. Observaremos que o tema em questão, polêmico e complexo, está atrelado, tanto a questões políticas como ao crescimento e expansão do sistema capitalista, que a cada fase da economia requer um aperfeiçoamento do trabalhador que atenda as necessidades do momento.

1.1 – Contexto histórico da EJA – Educação de Jovens e Adultos, no Brasil.

No período de 1930, a economia brasileira que até então se caracterizava por ser agrícola-rural, passou a ser urbano-industrial, pois os latifundiários cafeicultores perderam sua hegemonia, visto que nesse momento ocorrera a crise mundial de 1929, que afetou a produção cafeeira. Com isso houve uma nova configuração da economia com o investimento dos capitais gerados pelo café, em indústrias de bens de produção. O modelo educacional era elitista, pois priorizava uma parcela mínima da população, “a classe rica”. Nesse momento da história na sociedade brasileira a maioria da população morava no campo e os filhos das poucas famílias que iam para a escola, em geral, tinham um acompanhamento. A economia passava pelo processo de substituição das importações e o objetivo da educação estava vinculado ao desenvolvimento econômico.

Nesse contexto social que requeria qualificação da força de trabalho visando atender as necessidades do processo de industrialização,

[...] a problemática da EJA ganha expressão neste período. A Constituição de 1934 consolida o dever do Estado em relação ao ensino primário, integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva, inclusive, aos adultos (Art. 150). Não obstante, se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas nem pela população, nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a inauguração, em meados da década de 1940, de uma política oficial de educação para jovens e adultos trabalhadores, no Brasil, está inserida em um processo histórico mais amplo. Em decorrência, inaugura-se um período marcado pelo surgimento de propostas para a educação da classe trabalhadora. Foi a partir da década de 1940 que o espaço específico da educação de jovens e adultos se delineou (VENTURA, 2006, p. 02).

Vale destacar, portanto, que as propostas de educação da classe trabalhadora a partir da década de 1940, estavam ligadas à consolidação da substituição de importações, vividas nesse período no Brasil, com objetivo de acelerar o crescimento industrial, principalmente após o fim do Estado Novo, em 1945. Justificava-se assim, uma política educacional voltada para a Educação de Adultos com objetivo de formação de mão-de-obra, para atender as exigências do mercado de trabalho daquele período. Além desse interesse, prevaleceu o caráter eleitoreiro, pois naquele momento analfabeto não votava e buscou-se uma escolarização através da alfabetização em três meses e a condensação do curso primário em sete meses, por meio da Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos.

O grande mérito da Campanha Nacional de Educação de [Adolescentes] e Adultos [CEAA] foi propiciar uma estrutura nacional considerando-se que os Estados não possuíam verbas para tal e ela só ocorreu em função do Fundo Nacional do Ensino Primário que destinava à educação de adultos (EDA) 18% do seu percentual. Com a desativação da Campanha os sistemas por ela implementados deram origem ao supletivo (SILVA, 2004, p. 54).

Na década de 1940 e 1950, foram criadas Campanhas para atender aos adultos não escolarizados, pois o analfabetismo era considerado como causa das mazelas da situação econômica, social e cultural do país. Campanhas estas que perduraram até o início da década de 1960, quando foram desativadas em função do Plano Nacional de Alfabetização, em 1963.

De 1950 a 1960, alguns setores da sociedade, cansados com os descasos do governo, começaram a questionar os resultados negativos das campanhas. Em meio a tanta indignação,

As vozes teóricas passaram a denunciar o curto período destinado à alfabetização e os encaminhamentos metodológicos adotados.

Com isto e com o avanço da modernização, a escola continua sendo necessária para um número cada vez maior de brasileiros, e o Estado e setores privados passaram a oferecer cursos noturnos, como opção para alunos trabalhadores. Surgem organizações de luta pelos problemas sociais e, entre estas, também pela educação. Neste contexto, ganham força as idéias de Paulo Freire, que pensa a alfabetização de adultos com um sentido de conscientização e leitura de mundo (PAIVA, 2006, p. 02).

Como marco histórico da EJA, temos a década de 1960, período em que os movimentos sociais e de alfabetização de adultos deram novo impulso à educação de adultos, enquanto movimentos de educação popular, sob a influência da sociedade civil, do Estado e da Igreja Católica. Estes movimentos promoveram a

[...] Educação Popular, desenvolvida por inúmeros movimentos sociais: Movimento de Educação de Base – MEB, proposto e praticado pela Igreja Católica, vivo e atuante até hoje; União Nacional dos Estudantes – UNE, com os [Centros Populares de Cultura - CPC]; os Círculos de Cultura do grande educador popular Paulo Freire, e sua prática Educativa, estabelecendo o diálogo com as culturas, a partir da cultura do aluno e a continuidade do conhecimento. (FREIRE, apud, ROMÃO, 2006, p.16).

Além dos movimentos acima citados, outros movimentos também se empenharam na Educação Popular, como: Movimento de Cultura Popular (MCP), de Recife, em que Paulo Freire deu início às suas idéias no campo da educação de adultos; Centro de Popular de Cultura (CPC) da UNE, criado em 1961; Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler etc.

A ideologia político-cultural dos movimentos de educação popular, envolvendo estudantes, partidos políticos de esquerda, a Igreja e outros segmentos, visava atrair e organizar a população, no sentido de questionar a estrutura social daquele momento, visto que,

O populismo, que caracterizava a política dessa época, por sua vez também mobilizava as massas e precisava da alfabetização de adultos, porque a cada alfabetizado correspondia um voto. A marca desse populismo é a ambigüidade, pois ao lado dessa manipulação, defendia a independência nacional e uma sociedade igualitária (PAIVA, 1997, p.05)

Notamos nessa trajetória, um jogo de interesses por parte do poder público ao privilegiar os interesses de classes e políticos, conforme as necessidades primordiais da sociedade capitalista, ao propor algo para a educação, principalmente no que tange a Educação de Adultos (EDA).

Com objetivo de mudar a história da EJA no Brasil surge o Sistema Paulo Freire, com concepções mais humanas. O mesmo foi desenvolvido em Recife Pernambuco, e posteriormente estendido a Angicos, Rio Grande do Norte e com o sucesso obtido, essa experiência ficou conhecida em todo o Brasil, na década de 1960, sendo praticado por inúmeros grupos de cultura popular. De acordo com essas idéias,

[...] a Educação Popular, de corte progressista, democrático, superando o que chamei na Pedagogia do oprimido, uma “educação bancária”, tenta o esforço necessário de ter no educando um sujeito cognoscente, que, por isso mesmo, se assume como um sujeito em busca de, e não como a pura incidência da ação do educador.

[...] são tão importantes para a formação dos grupos populares certos conteúdos que o educador lhes deve ensinar, quanto a análise que eles façam de sua realidade concreta (FREIRE, apud, ROMÃO, 2006, p.16).

O mais importante na concepção de Paulo Freire é sua preocupação com uma prática educativa mais humana, mais igualitária e mais democrática, permitindo que esses sujeitos aprendendo a refletir o seu próprio espaço de vivência com suas experiências, seus problemas, sejam capazes de ir em busca de soluções transformadoras de sua realidade. Por isso suas idéias não foram aceitas, pois não condizia com as idéias da classe dominante. Como prova dessa não aceitação foi o que ocorreu com o Golpe Militar de 1964, em que a quase totalidade dos movimentos de alfabetização voltados para uma cultura popular foram extintos ou reprimidos, dentre eles: o Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em 1960, com uma concepção esclarecedora dos trabalhadores, do qual Paulo Freire participava; assim como a Campanha de pé no Chão Também se Aprende a Ler, criada em 1961, que visava estender as oportunidades educacionais à toda população; o Centro Popular de Cultura – da UNE, criado em 1960; e o Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961, sob a liderança da Igreja Católica, o qual sobreviveu ao Golpe Militar por estar ligado ao MEC e à Igreja Católica, mas tendo que alterar toda sua proposta de ensino e metodologia utilizada, adequando aos interesses do governo militar. No entanto, devido à escassez de recursos financeiro e às pressões, grande parte desse sistema encerrou suas atividades em 1966, especialmente aqueles que não concordaram com a nova proposta pedagógica que orientaria seu trabalho.

Embora reprimidas, as idéias de Paulo Freire se propagaram e são referências principalmente na área de Educação de Jovens e Adultos, com a visão de poder oferecer a esses sujeitos uma oportunidade que perderam no momento mais oportuno de suas vidas, no sentido de proporcionar uma qualidade de vida mais humana e maior participação social.

A década de 1970, ainda sob a ditadura militar, marca o início das ações do MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, que era um projeto com caráter de campanha que se propunha a acabar com o analfabetismo em apenas dez anos. Porém essa meta não foi atingida. O programa passou por diversas alterações em seus objetivos, ampliando sua área de atuação para campos como a educação comunitária e a educação de crianças.

A Lei n.º 5.692/71 implantou o ensino supletivo, em 1971, um dos marcos na história da educação de jovens e adultos do Brasil. Nessa década foram criados os Centros de Estudos Supletivos em todo o país, com a proposta de ser um modelo de educação do futuro, com o objetivo de atender às necessidades de uma sociedade em processo de modernização, escolarizando um grande número de pessoas, por um baixo custo, satisfazendo às

necessidades de um mercado de trabalho competitivo, com exigência de escolarização cada vez maior. Porém, o seu caráter de suplência e não de formação do ser humano para o trabalho, de forma digna e capaz de proporcionar cidadania ao trabalhador, deixou muito a desejar. Em 1985 o Mobral foi extinto, sendo colocada em seu lugar a Fundação EDUCAR – Fundação Nacional de Educação, cujo objetivo era a extinção do analfabetismo, através de apoio e estimulação de projetos de educação de adultos, porém, essa veio a ser extinta logo no início do Governo Collor.

Em meio a repressão, foram organizados movimentos sociais, em prol da educação pública, com um enfoque para o debate da Educação de Jovens e Adultos os quais foram de importância fundamental, para a educação no Brasil. Esses movimentos renasceram no final da década de 1970, e floresceram na década de 1980, promovendo discussões com uma face sindical, atuando como instâncias educativas que mobilizaram a população de diversas categorias e serviram para organizar movimentos em busca de lutas mais amplas, principalmente na educação, com a manifestação dos professores e o surgimento de associações dessa classe, com caráter sindical, e, como resultado, a reivindicação por criação de escolas, creches e pela democratização do ensino. Além da face sindical, os movimentos sociais com uma face acadêmica foram responsáveis por espaços de discussão, como: Conferências e Fóruns em defesa da escola pública.

No caso dos movimentos sociais brasileiros, em especial os que surgiram em final dos anos 70 – e com cujos desdobramentos convivemos hoje-, temos que considerar a especificidade do contexto da época, cujas marcas principais eram um regime autoritário em lenta decadência e a exclusão político, econômico e social de grande parte da população (CLÍMACO, 2007, p.10).

Com o fim do regime autoritário, o processo de redemocratização já idealizado na década de 40, ganha novo impulso em busca da concretização na década de 80, permitindo que a maioria da população em idade escolar tivesse acesso garantido por lei ao sistema de ensino, pois nesse momento a maioria da população brasileira é urbana e requer uma maior escolarização. Mas, juntamente com esse acesso, a qualidade do ensino vem caindo, pois a escola, não estava preparada para receber toda essa clientela, tanto em termos de infraestrutura, quanto em termos de recursos humanos e do processo pedagógico. Além desse aspecto, a realidade da estrutura familiar também vem mudando nos últimos anos e muitas famílias não têm condições de ajudar ou mesmo incentivar seus filhos. Paralelamente a vários fatores de ordem política, econômica, e social, os meios de comunicação contribuem para que

haja um desestímulo das atividades escolares, pois eles são mais atrativos. Com toda esta efervescência no campo social, político e cultural, no campo econômico, para alguns autores,

[...] a década de 1980, por outro lado, é uma década perdida em matéria de desenvolvimento; o Produto Interno Bruto diminui praticamente 6%, 7% em algumas sociedades. Também cai a renda real dos indivíduos e caem todos os indicadores que haviam sido positivos nas décadas anteriores. Dessa forma, sofre a educação também. Sofre porque há uma queda da destinação de recursos (TORRES, 2006, p. 23).

No início dessa década a sociedade brasileira viveu importantes transformações políticas e sociais, com o fim dos governos militares e a retomada do processo de democratização. Como exemplo, basta lembrar-nos da campanha nacional a favor das eleições diretas. A partir dessa época a educação escolar que até então era privilégio de poucos, começa o seu período de abertura e oferta à população em geral. Porém, os problemas de exclusão continuam, não por falta de acesso ou direito, mas porque o sistema não dá condições para que as pessoas permaneçam na escola, incluindo nesse processo uma série de fatores: políticos, econômicos, sociais e culturais que não cabem apenas à escola a responsabilidade. Nesse sentido vale destacar que “*A EJA é uma conquista da sociedade brasileira. O seu reconhecimento como um direito humano veio se dando de maneira gradativa ao longo do século passado, atingindo sua plenitude na Constituição de 1988*” (HADDAD, 2007, p. 04).

O reconhecimento desse direito se dá à medida que o poder público reconhece a necessidade de oferecer aos jovens e adultos trabalhadores que não tiveram acesso à escola, na idade própria, a mesma oportunidade oferecida aos alunos que freqüentam normalmente as escolas regulares, dentro de um limite adequado de idade. Esse reconhecimento de que todo o cidadão brasileiro tem o mesmo direito de freqüentar a escola, ocorre no contexto de democratização da sociedade brasileira, após 20 anos de ditadura militar.

Ventura (1988), em um de seus artigos, cita que,

A Constituição de 1988 declara que a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. (Art. 205). Suas Disposições Transitórias estabeleciam um prazo de dez anos durante o qual a sociedade e Estado deveriam convergir esforços em direção à superação do analfabetismo e à universalização do ensino fundamental, para cujos fins deveriam ser direcionados 50% dos recursos vinculados à educação. Essa legislação significou um avanço, visto que “firmou uma intencionalidade política, estabeleceu uma meta, reconhecendo a necessidade de se instalar no plano dos direitos um caminho para superar a injustiça no plano social” (HADDAD, apud, VENTURA, 1988, p. 112).

Logo após a aprovação da Constituição de 1988, ocorreram fatos que impediram ou dificultaram a concretização dos direitos assegurados pela mesma. Esses fatos estão

ligados às reformas neoliberais dos governos posteriores: Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique

[...] são aprovados dois outros instrumentos de reforma: a Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei n.º 9.424, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (VIEIRA, 2007, p. 167).

Esses instrumentos limitaram a execução do direito à EJA, impedindo a sua universalização e a sua oferta com qualidade. A Lei n.º. 9.424/96, que regulamentou o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), deu prioridade de investimento ao ensino de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, excluindo a EJA dos recursos do Fundef, provocando assim um desestímulo à educação de jovens e adultos. Já a nova LDB, Lei n.º 9394/96, embora tenha reconhecido a EJA, deixou a desejar, visto que, tratou-a apenas como suplência e não possibilitou que fossem oferecidas paralelamente ao direito, as condições de acesso e permanência, para sua concretização. Essa realidade perdura atualmente na maioria das escolas das redes públicas que trabalha com essa modalidade, pois as mesmas não possuem as condições fundamentais para que o aluno entre e permaneça. Haja vista que essas condições não dependem apenas da escola, mas de um conjunto de fatores relacionados ao sistema público de ensino, como: falta de infra-estrutura e material de apoio pedagógico na maioria das escolas, falta de capacitação para os profissionais da educação, melhoria de salários capaz de proporcionar a disponibilidade dos professores apenas a uma rede, concepção tradicional arraigada da maioria dos professores que resistem às mudanças, entre outras.

Com relação à nova Lei, resultante da Constituição de 1988,

[...] têm-se hoje uma nova L.D.B. Não a de nossos sonhos, mas a que resultou de um embate concreto das forças sociais organizadas. Mesmo não trazendo a concepção de jovens e adultos que se desejava, pelo caráter restrito de educação que propõe, pode-se ampliar a leitura do texto legal e encontrar nele passagens por onde se trilhem caminhos mais permanentes para a educação de um segmento afastado das virtualidades do saber ler e escrever, com autonomia, no mundo contemporâneo (Paiva, apud, PAIVA, 1997, p. 90).

No final da década de 1980, houve um salto em relação ao processo educacional, pois, passou a haver discussão da EJA dentro do espaço escolar, que até então tinha uma marca de suplência mantida pela coordenação dos estados e fora dos sistemas oficiais de ensino. Os municípios, através de projetos específicos iniciaram a EJA nos sistemas de ensino, embora com dificuldades financeiras, visto que, o governo federal, Fernando Henrique vetou o artigo que incluía a matrícula da EJA, nos cálculos do Fundef. Nesse

governo, o processo de descentralização foi implementado e com o Fundef - uma política educacional baseada em quatro objetivos: justiça social, equidade, efetiva descentralização e melhoria do ensino. Aos olhos do governo, esse processo de descentralização foi de grande avanço, mas na verdade, segundo Arelaro, (2005, p.05), “a implantação do Fundef demonstra que esse Fundo foi uma forma “criativa” de o Governo Federal investir menos, do pouco que já investia na área da Educação”. Na verdade o principal objetivo do Fundef era a municipalização do ensino fundamental, priorizando o ensino fundamental, dissociado da Educação de Jovens e Adultos, excluindo também outras modalidades de ensino.

Portanto, a década de 1990 inicia com uma nova Constituição que ao menos no papel garantiu o direito de acesso a todas as pessoas, independentemente da idade, ao ensino fundamental.. Das lutas advindas da sociedade civil, a EJA passa a ter a mesma importância em relação às outras modalidades de ensino.

Uma conquista importante para a EJA em 1990 foi a Resolução do Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE) nº. 075/90, que garante aos alunos ingressarem no ensino fundamental, através dos exames de classificação, eliminando assim, a obrigatoriedade de apresentação de comprovante de escolaridade anterior para a matrícula na rede pública, fato que ainda não é do conhecimento de todos os diretores e secretários de escolas. Atualmente a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), com os exames de classificação e reclassificação, garante essa possibilidade mesmo nos estados que não têm tal resolução.

Durante o governo Collor, em âmbito federal, a educação de jovens e adultos foi praticamente extinta.

Um histórico déficit de atendimento, com a conseqüente geração de contingentes de jovens e adultos que não conseguem completar o ensino fundamental no Brasil, deu lugar, durante muito tempo, à hegemonia da concepção de EJA como educação compensatória, educação voltada à reposição de uma escolaridade não realizada na idade devida.

Daquele entendimento decorria a idéia de que a educação de jovens e adultos, entendida como escolarização inicial, tornar-se-ia desnecessária, à medida, em que se universalizasse o atendimento de crianças e adolescentes no ensino fundamental. Que a baixa escolaridade seria, desta forma, um fenômeno do passado, possível de ser resolvido por uma simples sucessão de gerações (AIRES, 2003, p. 01).

A Lei nº. 9.394/96 confere a EJA um enfoque de compensação, mas não de formação, quando se refere à mesma como “cursos e exames supletivos”, visto que, a mesma não era viável economicamente para o Estado, pois, a melhor forma seria erradicar o analfabetismo de forma gradual começando pelas crianças, conforme é explicado através de uma reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos de uma fala do Senador Darcy Ribeiro,

de julho de 1977, publicada na Revista Encontros com a Civilização Brasileira, no nº. 1, com o título de “Sobre o óbvio”, em que assim se expressava o conferencista:

Quem pensar um minuto que seja sobre o tema, verá que é óbvio que quem acaba com o analfabetismo adulto é A MORTE. Esta é a solução natural. Não se precisa matar ninguém, não se assustem! Quem mata é a própria vida, que traz em si o germe da morte. Todos sabem que a maior parte dos analfabetos está concentrada nas camadas mais velhas e mais pobres da população. Sabe-se, também que esse pessoal vive pouco, porque come pouco. Sendo assim, basta esperar alguns anos e se acaba com o analfabetismo. Mas só se acaba com a condição de que não se produzam novos analfabetos. Para tanto, tem-se que dar prioridade total, federal, à não produção de analfabetos. Pegar, caçar (com c cedilha) todos os meninos de sete anos para matricular na escola primária, aos cuidados de professores capazes e devotada, a fim de não mais produzir analfabetos. Porém, se escolarizasse a criança toda, e se o sistema continuasse matando os velhinhos analfabetos com que contamos, aí pelo ano 2000 não teríamos mais um só analfabeto. Percebem agora onde está o nó da questão? (apud ROMÃO, 2006, p. 41).

Percebemos na fala do Senador Darcy Ribeiro, uma concepção desumana em relação à escolarização das pessoas que não tiveram acesso na idade própria. O mesmo aborda a questão de uma forma fria e egoísta, mostrando assim a intencionalidade da maioria dos políticos no que se refere aos investimentos públicos. Quando surge algo para a educação de adultos o objetivo é de atender interesses econômicos, sem pensar no direito de qualquer ser humano à escolarização e tão pouco nas condições humanas que interferem nos mesmos.

Contra-pondo-se a este olhar, em 19/07/2000 foi homologado o Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, que considera a mesma, como uma modalidade da educação básica, nas suas etapas fundamental e média. Ele confere a essa modalidade, algumas funções, como:

[...] função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Logo, não se deve confundir a noção de reparação com a de suprimimento.

[...] função equalizadora vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional, dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

[...] função permanente da EJA, que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade (BRASIL, CNE/CEB, 2000, p. 07, 09, 11).

Entendemos que o Parecer, através da função reparadora, garante não apenas um caráter de suplência, mas uma oportunidade concreta, ou seja, não só de acesso, mas de permanência ou presença de jovens e adultos na escola. Dessa forma, a função reparadora funciona como ponto de partida para a função equalizadora, que proporciona a igualdade de oportunidades para os jovens e adultos e significa se qualificarem não só profissionalmente, mas também adquirir melhor qualidade de vida, visto que, todas as pessoas sem distinção de idade, cor, raça, tem direito de participar de troca de experiências mais diversas, ampliando assim os horizontes do conhecimento, através do contato principalmente com as gerações mais velhas que muito tem a ensinar para as novas gerações e essas, da mesma forma contribuem com a nova forma de ver o mundo, entrelaçando as diferentes visões. Essa tarefa de aprender por toda a vida, no sentido de condicionar um pouco de cidadania às pessoas faz parte da função permanente da EJA.

De acordo com o Parecer 11/2000, a EJA não pode ser considerada apenas como um processo de alfabetização, pois, seu objetivo é a formação do cidadão trabalhador, leitor de várias linguagens. Portanto, enfatiza a necessidade de um modelo pedagógico próprio, com objetivo de garantir uma aprendizagem satisfatória, ou melhor, de qualidade aos sujeitos da educação de jovens e adultos.

Além da homologação do Parecer 11/2000 e da Resolução 01/2000, que recuperam a idéia da EJA diferenciando-a das provas ou exames supletivos, a partir de 2000 começa a realização de Encontros Nacionais dos Movimentos de Alfabetização de Jovens e Adultos (Movas), a partir da existência dos Projetos de Alfabetização seja de Movimentos isolados ou em parceria com as secretarias municipais de educação, que se reúnem para discutir sobre a realidade destes movimentos e cobrar apoio do poder público em todas as esferas.

Os Movas surgem em 1989 em São Paulo, depois no Rio Grande do Sul e se espalham pelo país. Em 1989, também surgiram os Serviços de Educação de Jovens e Adultos – Sejas, projetos autônomos municipais, de educação de jovens e adultos no ensino fundamental, principiado em São Paulo, por iniciativa do educador Paulo Freire, em sua gestão como Secretário Municipal de Educação, em parceria com os movimentos organizados, com intuito de resgatar os valores humanos, em busca de uma qualidade até então esquecida nos sistemas de ensino, que visam atender os valores de mercado.

Antes do Brasil Alfabetizado foi criado o PAS - Programa Alfabetização Solidária, seguido do Supletivo Contextualizado e posteriormente o Fazendo Escola (de 1ª a

4ª séries), no governo Fernando Henrique Cardoso. No governo do Presidente Luís Inácio da Silva (Lula) surgiram outros programas de alfabetização como: o Programa Brasil Alfabetizado. Já o Fazendo Escola teve continuidade do governo anterior, só que foi reformulado, repassando os recursos para o Estado e municípios executar a EJA no Ensino Fundamental, dando continuidade à escolarização dos alunos alfabetizados, no Programa Brasil Alfabetizado.

Em 2003, o Presidente Lula tenta responsabilizar o MEC quanto a Educação Profissional e em 2005, surgem os Programas de EJA com qualificação profissional, como Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Proeja. Em 2006, o governo Lula em seu segundo mandato cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação Básica (Fundeb), através da Emenda Constitucional nº. 53, de acordo com a Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, que, Regulamenta o Fundeb.

Sobre a regulamentação do ensino fundamental, como direito de todos pelo Fundeb, Cury (2007, p.485), comenta,

Hoje sob a emenda constitucional do FUNDEB e de leis que alteraram a LDB, ele é obrigatório não só para as pessoas de 6 a 14 anos e gratuito para todos na rede pública. Aquele cidadão que não houver tido acesso a esta etapa da escolaridade ou não a tiver completado; na inexistência de vaga disponível na rede pública, deve recorrer às autoridades competentes. Se tal obrigação não for satisfeita, o cidadão como titular desse direito, pode recorrer à justiça e exigir sua vaga. Tal é a marca na proteção trazida pelo fato de ser direito público subjetivo. O direito público subjetivo está amparado tanto pelo princípio que ele o é assim por seu caráter de base (o ensino fundamental é etapa da educação básica) e por sua orientação finalística (art. 205 da Constituição Federal), quanto por uma sanção explícita para os responsáveis (governantes ou pais) quando de sua negação ou omissão para o indivíduo – cidadão. Para os anos obrigatórios, não há discriminação de idade. Qualquer jovem, adulto ou idoso tem este direito e pode exigí-lo a qualquer momento perante as autoridades competentes.

Para possibilitar a concretização deste direito, hoje o aluno da EJA tem um valor, ainda que em percentual menor que as outras modalidades, pois o Fundeb passou a financiar toda a educação básica do Estado, ou seja, passou a atender a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e nesses níveis a modalidade Educação de Jovens e Adultos, além de outras modalidades.

Quanto à articulação da EJA com Educação Profissional, uma das últimas conquistas se deu através do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2.006, pelo presidente Lula, constando no seu artigo primeiro, o seguinte:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto:

§ 1º O Proeja abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:
I – formação inicial e continuada de trabalhadores; e
II – educação profissional técnica de nível médio.

Observamos ao longo do contexto histórico que desde o início a Educação de Adultos foi desprivilegiada, servindo apenas para aprender a ler e escrever, com um caráter eleitoreiro e compensatório, enquanto a Educação Profissional teve um enfoque maior, pois é vista como ponto estratégico do desenvolvimento econômico do país. Só agora surge uma oportunidade de aproximação entre educação profissional e educação de jovens e adultos, ou seja, uma integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, que exige mudanças ao tratar essa diversidade.

1.2 - Quem são os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

O tema em questão contribui para a compreensão da complexidade em razão da diversidade no campo dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional (EP). A EJA uma modalidade de ensino, amparada por lei, para atender as pessoas que têm sua própria cultura, mas que por algum motivo não tiveram acesso ao ensino regular na idade adequada.

De acordo com o Documento Base Nacional do Ministério Educação, sobre o Proeja:

EJA é o espaço de tensão e aprendizado em diferentes ambientes de vivências, que contribuem para a formação de jovens e de adultos como sujeitos da história. Negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens; jovens, adultos, idosos; quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, agricultores; trabalhadores ou desempregados – de diferentes classes sociais; origem urbana ou rural; vivendo em metrópole, cidade pequena ou campo; livre ou privado de liberdade por estar em conflito com a lei; pessoas com necessidades educacionais especiais – todas elas instituem distintas formas de ser brasileiro, que precisam incidir no planejamento e execução de diferentes propostas e encaminhamentos para a EJA (BRASIL, 2008, p. 01).

Do exposto acima entendemos a amplitude ou dimensão dos sujeitos da educação de jovens e adultos, no sentido de que os mesmos representam a maioria da classe trabalhadora, responsável pela geração de riquezas através do trabalho manual, ou seja, a base sustentável de uma minoria da população. Apesar de tudo, são eles que vivenciam tanto em seu cotidiano familiar, como na comunidade os males gerados pela sociedade, como: crítica, discriminação, preconceito, vergonha, miséria, e outros. De acordo, com Khol (2005, p. 59):

O adulto, no âmbito da educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação

continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música, por exemplo.

Num país com grande índice de analfabetismo total e funcional, falar de EJA é garantir ao menos a educação básica, e, notamos que esse campo é complexo e rico, pois há uma heterogeneidade cultural com diferentes graus de capacidades além de diferentes experiências de vida que muito contribuem no mundo do trabalho e que devem ser valorizadas, no currículo escolar, como forma de inclusão dessas pessoas, observando e analisando o sujeito como um todo e respeitando os limites de aprendizagem e a história de vida de cada um.

De forma geral, esses mesmos sujeitos que precisam trabalhar, para o seu sustento e o sustento de outras pessoas, são vistos como uma massa de alunos, sem identidade, desmotivados pelo fracasso escolar que os levam a receber vários rótulos (defasados, aceleráveis, repetentes, evadidos). Esses rótulos no decorrer do processo de ensino educacional condicionam a baixa auto-estima e falta de confiança na capacidade de aprender, que leva a maioria dos alunos, principalmente os jovens a não permanecerem na escola. Segundo Andrade (2004, p. 50),

São jovens que, por uma série de motivos, precisaram abandonar a escola, vivem em periferias, favelas, vilas e bairros pobres, principalmente nas grandes cidades: são majoritariamente negros; circulam no espaço escola um “incansável” número de vezes, com entradas, saídas e retornos, após o período estabelecido como o próprio para a vida escolar (de 7 a 14 anos).

A presença de jovens na EJA, em grande parte diz respeito a problemas de não-permanência e insucesso no Ensino Fundamental “regular”. Mesmo com a garantia por lei do acesso para todas as crianças, a qualidade não foi garantida de forma a permitir que essas crianças permaneçam e aprendam. Isso ocorre porque a sociedade brasileira não conseguiu diminuir as desigualdades socioeconômicas e as famílias buscam no trabalho das crianças um meio de complementação de suas necessidades básicas, tirando das crianças e jovens o direito de frequentar a escola na idade própria. Mais tarde, quando percebem a falta da escolaridade, esses jovens procuram a escola, dando preferência a EJA, com o intuito de acelerar os estudos, exigidos pelo mercado de trabalho. A EJA, “[...] em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como: raça, etnia, cor, gênero, entre outros” (MOURA, 2006, p. 06).

Na verdade, a maioria dos sujeitos da EJA, independente de suas origens, profissão, idade ou cor, são pessoas que precisam de oportunidades, para que possam ter melhor qualidade de vida, pois na realidade são esses sujeitos os maiores geradores de

riquezas, sem acesso às mesmas. Esse trabalho alienado, além de proporcionar o mínimo para sua sobrevivência, nega-lhes também a condição de acesso e permanência à escolaridade, capaz de proporcionar o conhecimento de sua importância na construção da sociedade, levando-os à condição de excluídos da sociedade que ajudam a construir.

Os sujeitos da EJA são pessoas excluídas do processo educacional escolar, pois tiveram o acesso negado à educação na idade própria ou dela foram excluídas, acarretando assim uma defasagem na idade série, que pode levar a condição de um trabalho mais explorado ou direcionado aos trabalhos manuais. Porém, através de lutas constantes essa situação está mudando,

A educação de jovens e adultos, na contemporaneidade, adquire um novo sentido. Este sentido é fruto das práticas que se vão fazendo nos espaços que educam nas sociedades: escolas, movimentos sociais, trabalho, práticas cotidianas. Assim desenvolvida, legitima-se por meio de ordenações jurídicas, de acordos, firmados e aprovados pelas instâncias de representação que conformam as normas da ordem social (PAIVA, 2004, p. 29).

Embora adquirindo novo sentido, a educação de jovens e adultos deixa muito a desejar, principalmente em relação à forma de tratamento, metodologias e alguns conteúdos inadequados, visto que não são mais crianças, portanto devem ser tratados de forma diferenciada e possuem experiências que devem ser aproveitadas no currículo escolar, como forma de valorização do conhecimento que acumularam ao longo da vida.

Um dos principais problemas que se apresentam ao trabalho na EJA refere-se ao fato de que, não importando a idade dos alunos, a organização dos conteúdos, a serem trabalhados e os modos privilegiados de abordagem dos mesmos, segue as propostas desenvolvidas para as crianças do ensino regular. Os problemas com linguagem utilizada pelo professorado e com a infantilização de pessoas que, se não puderam ir à escola, tiveram e têm uma vida rica em aprendizagens que mereceriam maior atenção (OLIVEIRA, 2004, p.105).

Os sujeitos da EJA com experiência de vida, na maioria das vezes, são pessoas sofridas com baixa auto-estima, causadas pelos revezes da vida. Portanto, esse conteúdo deve ser aproveitado para enriquecer a aprendizagem. Porém, muitas vezes, por falta de conhecimento dos educadores, toda essa experiência do senso comum é deixada de lado, priorizando um conteúdo desconectado da realidade desses sujeitos, levando assim ao desinteresse ou desestímulo.

Outro aspecto importante que deve ser considerado refere-se à avaliação da aprendizagem, e cabe, portanto, a cada um de nós, professores, trabalhar na perspectiva de uma avaliação formativa sem nos preocuparmos em atribuir notas apenas, mas observar e registrar os avanços e as dificuldades dos alunos, durante as aulas e replanejarmos novas formas de intervenção, com objetivo de sanar as dificuldades de aprendizagens. E um

elemento muito importante da avaliação no processo ensino-aprendizagem é a prática do professor, deixar de examinar e apenas avaliar.

Como exemplos dessa realidade seguem algumas experiências vividas com professores da EJA, citadas em propostas de trabalho por Oliveira (2004, p. 106):

“A aluna não consegue entender a folhinha”; “Eu mando o dever de casa e eles não trazem”. Considerando o que o público dessas classes e de pessoas entre 20 e 75 anos de idade, fica evidente que o termo “folhinha” usado pela professora deve causar estranhamento ao grupo e, muito possivelmente, realimentar uma baixa auto-estima que caracteriza muitos desses grupos e que decorre do processo de “culpabilização” da vítima” presente em nossa sociedade meritocrática e individualista. Se a folha do aluno é do mesmo tamanho que a do professor, por que o diminutivo? Quanto ao dever de casa, acredito que o objetivo da atividade é o de criar hábitos de estudo em crianças que vão prosseguir na escola, além da questão da “fixação” do conteúdo trabalhado. Porém, me pergunto qual é a possibilidade real que tem um adulto, sem hábitos de lidar com atividades organizadas como as escolares e que, na maior parte das vezes, trabalha o dia inteiro, de fazer sozinho o dever de casa. Mais ainda, pergunto-me qual é a função do dever de casa nessas circunstâncias?

Observamos que a forma de tratamento e a metodologia utilizada pela professora são inadequadas à realidade da aluna, visto que provoca um constrangimento à pessoa. Os sujeitos da EJA merecem serem tratados com carinho, atenção e respeito proporcionais à sua idade, cultura e disponibilidade. Isso requer propostas curriculares capazes de assimilar as diferenças e aproveitá-las em favor da aprendizagem, pois o aluno após tanto tempo fora da escola, ao procurá-la, acredita que ela pode proporcionar condições de mudar sua vida. Acredita também que é culpado por essa situação de desvantagem que ocupa na sociedade, sem perceber que vive em uma sociedade desigual e injusta, onde não há lugar ideal para todos. De acordo com Barreto (1994, p.84), a experiência de vida de cada um “[...] lhe permitiu perceber que uma das causas de sua fragilidade social é a sua exclusão do código linguístico dominante. Portanto, o aluno tem o direito de esperar isto da escola”.

É realmente essa vontade de decodificar o código linguístico e também de ter uma leitura de mundo que leva as pessoas a buscarem a inclusão escolar, no sentido de obterem também uma inclusão social, visto que, se sentem marginalizados e excluídos por não terem acesso a uma condição de vida mais humana e digna.

De acordo com o Parecer Pedagógico Subsidiário - EJA, do Conselho Estadual de Educação de Goiás, de 23/06/06, sobre os jovens e adultos,

[...] Não se pode olhá-los somente naquilo que lhes faltou, mas em suas necessidades e possibilidades. É necessário vê-los em suas trajetórias humanas. São pessoas trabalhadoras, desempregadas, com marcas de exclusão em várias dimensões de suas vidas. Não há verdade na afirmativa de muitos que insistem que eles não tenham desejado estudar, ou que tenham optado por evadirem da escola. Antes de tudo eles são produtos da desigualdade social mais alarmante, da pobreza e

miséria que grassa em nosso país. Também são frutos da escola brasileira que não só privilegia o conteúdo em detrimento do pensamento, mas também, o reduz para os menos favorecidos (p. 07).

Nesse sentido, temos diante dessa realidade uma diversidade de fatores: familiar, econômico, político e cultural, formando um conjunto de barreiras que impedem esses jovens ou adultos de frequentarem regularmente as aulas e concluírem os estudos básicos necessários ao exercício da cidadania.

Diante dos aspectos levantados sobre os sujeitos da EJA, verticalizaremos nosso olhar para a realidade da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Auta de Souza, em Jataí, Estado de Goiás, no 2º semestre de 2008. Esta escola contou com sete professores atendendo no período noturno, cinco turmas de EJA do ensino fundamental, sendo: 4ª série, da 1ª fase; 1º 2º e 3º período da segunda fase, com aulas normais até as dez horas e dez minutos, durante quatro dias na semana e um dia para aula de reforço; e o 4º período da segunda fase, com cinco dias de aulas, na semana até as dez horas e cinquenta minutos, visto que foi a última turma a concluir o ensino fundamental da segunda fase em apenas quatro semestres ou dois anos, pois a partir de 2009, todos concluirão em seis períodos, ou três anos.

O acesso dos alunos na escola, a princípio depende da idade, pois conforme o Parecer Pedagógico Subsidiário - EJA, do Conselho Estadual de Educação de Goiás, de 23/06/06:

[...] define para o público-alvo da EJA, jovens e/ou adultos com no mínimo, 15 anos completo para o Ensino Fundamental e 18 anos completo para o Ensino Médio, que não tiveram acesso à escolaridade em tempo regular. Esta Modalidade de ensino foi pensada e criada para todos os que necessitaram afastar-se da escola, por qualquer motivo pessoal ou social. Assim, ofertar a EJA a jovens que não trabalham e querem aligeirar a formação é **burlar a lei** e contribuir para a venda camuflada de certificados (p. 09).

Ao fazer uma caracterização geral dos sujeitos da EJA, matriculados nessa escola, em Jataí, pudemos constatar através de pesquisa documental, verificando os diários de classe, que a faixa etária dos mesmos, ficou entre 16 a 65 anos, predominando a faixa etária entre 21 a 39 anos, correspondendo a um total de 60%. Portanto, a escola está dentro dos padrões legais, no que se refere à faixa etária dos alunos matriculados. Com relação às profissões exercidas por esses alunos, fiz um apanhado dos alunos presentes nesse dia, coletando informações de forma escrita em que cada um anotou seu nome e a atividade que exerce.

Foram entrevistados de forma coletiva, 90 (noventa) alunos presentes no dia, distribuídos em cinco salas de aula. Esses 90 alunos apresentaram 33 atividades profissionais, como: estudante (09); doméstica (15); do lar (10); auxiliar de produção (07); gerente de produção (01); entregador (03); motorista (01); gari (02); pedreiro (04); montador de vidro de carro (01); jardineiro (01); vigilante (02); serviços gerais (08); lavador de carro (01); operador de máquina (01); manicure (01); confeitaria (01); gerente de compra de peças (01); açougueiro (01); inspecionador de frigorífico (01); vendedor (01); soldador (01); operador de empilhadeira (02); telefonista (02); cabeleireiro (01); mecânico (01); marceneiro (02); consultor de venda (01); operador de secador (01); secretária (01); movimentador de mercadoria (01); comerciante (02) e técnico de produção (01). Sendo que a maior incidência se deu nas seguintes atividades, de forma decrescente: doméstica, do lar, estudante, serviços gerais, auxiliar de produção, pedreiro, jardineiro, entregador, lavador de carro, vigilante, gari, operador de empilhadeira, telefonista, mecânico e comerciante. O restante apresentou apenas uma pessoa por atividade.

Pelos dados coletados, concluímos que a maioria são trabalhadores e trabalhadoras, com pouca, ou nenhuma qualificação, com baixa remuneração, casados ou não, mas que possuem filhos e moram em bairros afastados; sendo que 10% dos entrevistados se apresentaram apenas como estudante, visto que ainda não possuem uma atividade definida, por pertencerem aos alunos com menor faixa etária e que estão à procura de trabalho.

Pelo contato diário com esses alunos, percebemos que muitos vão para a escola com fome, pois tem que optar entre estudar ou comer, ou simplesmente trabalhar para comer e não estudar. Observamos também que vários são migrantes que vieram principalmente das Regiões Sul e Nordeste, em busca de trabalho, o que é reforçado pela fala de todos eles ao serem questionados sobre a finalidade de retornar a escola e justificarem que é de melhorar as condições de trabalho, tentando assim romper com essa contradição entre trabalho e escola.

Os alunos da EJA necessitam não só das condições de acesso garantidas por lei, mas também das condições que garantam a permanência dos mesmos, para vencer os obstáculos que surgem em seus caminhos. Na maioria das vezes a escola impõe barreiras, que dificultam as condições tanto aos jovens, como aos adultos acostumados ao mundo do trabalho, de permanecer na escola e apropriar de conhecimentos capazes de humanizar as condições de vida da sociedade. Algumas dessas barreiras, diz respeito ao educador de jovens e adultos.

Mas, quem são esses educadores e educadoras? Em que condições atuam? Como se mobilizam e o que mobilizam para manter a motivação dos educandos para estudar?

O que os leva a se envolverem com a EJA? Que práticas desenvolvem e como as exercitam? De que forma os programas de formação continuada contemplam a diversidade de ações dos diferentes atores, que jogam um papel decisivo na forma como a EJA vem se incluindo na pauta das políticas públicas? Que lugar os sujeitos professores da EJA ocupam nas definições dessas políticas? (OLIVEIRA, 2004, p. 1).

Em geral os educadores da EJA em sua maioria são mulheres e uma minoria de homens. São trabalhadoras/es que lutam pela superação das dificuldades impostas a essas profissões, pelas condições de trabalho, tanto em termos de salários quanto de infraestrutura, principalmente na rede pública. São sujeitos que na busca de superação das condições precárias impostas por essa sociedade capitalista, se vêem na condição de excluídos, pois a maioria faz uma jornada tripla de trabalho, como garantia de sobrevivência.

Quanto à formação dos educadores, a história da EJA retrata condições precárias. Professores habilitados para atuar com crianças ou adolescentes acabam tendo que trabalhar com classes de jovens e adultos, despreparados, vão se constituindo na prática, por suas próprias experiências, a partir das dificuldades e desafios que são obrigados a enfrentar nas suas relações com a sociedade, no sentido de resgatar valores, produzir conhecimentos e transformar a história da sociedade, através da formação ou deformação dos sujeitos. Isso, porque,

O preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua retidão ética. É uma lástima qualquer descompasso entre aquela e esta. Formação científica, correção ética, respeito aos outros, coerência, capacidade de viver e de aprender com o diferente, não permitir que o nosso mal-estar pessoal ou a nossa antipatia com relação ao outro nos façam acusá-lo do que não fez, são obrigações a cujo cumprimento devemos humilde, mas perseverantemente nos dedicar (FREIRE, 1996, p.16).

A questão da formação docente na EJA, ainda é precária, pois, as universidades ainda não priorizaram a ampliação dos espaços de discussão e formação inicial dos professores dessa modalidade, através de cursos de graduação e formação continuada nos sistemas de ensino.

Atuando na EJA sem formação específica, os discursos de alguns educadores mostram um descompasso entre a teoria e a prática em sala de aula. Mesmo porque,

Durante muito tempo, o que se pedia ao educador é que ensinasse e mantivesse o clima de ordem conveniente aos aprendizes. Era uma figura central no cenário e precisava dominar uma pauta de conhecimentos, prescritos num currículo, a serem transferidos justamente para aqueles alunos. Com esse duplo poder de autoridade disciplinar e de centralizador do saber em questão, ele gerenciava o processo de ensino/aprendizagem que deveria ajudar a construir pessoas instruídas e obedientes (CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA – CEDAC, 2005, p. 31).

Estamos no século XXI e ainda temos tantos analfabetos num país que fala tanto em priorizar a educação e muitos professores arraigados numa concepção autoritária e conteudista, que vê o aluno como algo vazio de conhecimento, pois não consideram o conhecimento prévio ou experiência de vida e trabalho desses sujeitos. Isso ocorre porque ao longo da história a educação de jovens e adultos não requeria de seus professores capacitação nessa área.

Na verdade, parece que continua arraigada a idéia de que qualquer pessoa que saiba ler e escrever pode ensinar jovens e adultos, pois ainda existem educadores leigos que trabalham nessa modalidade de ensino, assim como a idéia de que qualquer professor é automaticamente um professor de jovens e adultos. Com esta falsa premissa não tem se levado em conta, que para se desenvolver um ensino adequado a esta clientela exige-se formação inicial específica e geral consistente, assim como formação continuada. (GUIDELLI, apud, MACHADO, 1998, p. 05).

Mas o que ocorre é que não há sequer uma formação continuada para todos os professores da educação de jovens e adultos, no sentido de auxiliar e acompanhar o trabalho do professor, para que possam entender a realidade do noturno e desenvolver um trabalho diferenciado, capaz de incluir todos os alunos, considerando a realidade dos mesmos.

Um dos desafios da EJA se prende na formação do professor, que por vezes precisa aprender na prática, junto com os alunos, encontrando também dificuldade de colocar em prática os princípios educativos defendidos por essa modalidade de ensino, inclusive por falta de tempo para estudo e discussão no coletivo da escola. Mesmo, porque,

[...] quase não há cursos superiores dedicados a habilitar educadores para esse campo. Uma prova disso é que, dos 1.306 cursos de Pedagogia existentes em 2003, apenas dezesseis ofereciam habilitação em educação de jovens e adultos. Para superar esse déficit seria desejável que os governos incentivassem as instituições de ensino superior a ampliar a capacidade de habilitar professores/as para o ensino de jovens e adultos, proporcionando também aos profissionais em exercício novas oportunidades de elevação de escolaridade, certificação e aperfeiçoamento profissional (PIERRO, 2005, p. 25).

Como vimos a clientela da EJA é composta de pessoas que muitas vezes são marcadas pela discriminação causadas por vários fatores, como: dificuldades financeiras, problemas familiares, defasagem escolar, sem falar dos problemas de saúde e baixa auto-estima, que precisam de educadores entusiasmados e comprometidos com o propósito de contribuir para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, no sentido de diminuir as desigualdades sociais e as injustiças. Mas, em geral predomina entre os professores uma visão preconceituosa de que o aluno que frequenta a educação de jovens e adultos busca na escola apenas um diploma, pois o mesmo é cobrado em sua vida profissional.

Esses estigmas na escola autoritária são reforçados em várias situações da prática pedagógica do professor. (...) A baixa expectativa que o professor tem sobre o aluno

também reforça a sua autodesvalia: aligeirar o conteúdo, porque o futuro lhe reservou apenas essa ‘chance’ de estudar; acreditar que esses alunos são menos inteligentes que os da escola particular; imaginar que jamais poderão ascender profissionalmente face à sua incapacidade intelectual (ABRANTES, apud, MACHADO, 1998, p. 10).

Acreditamos que para mudar essa concepção é preciso uma mudança da prática docente, a qual vai ocorrer durante um processo de capacitação continuada, para que possam analisar e entender de forma clara o verdadeiro sentido da educação de jovens e adultos e dessa forma saber articular o trabalho de docência, envolvendo dimensões de trabalho e educação no sentido de valorização dos aspectos humanos e não apenas os aspectos políticos.

Sabemos que a escola não é a única fonte de conhecimento e formação dos sujeitos. Hoje, o conhecimento está por toda parte, principalmente através dos meios de comunicação e,

Os espaços educativos não se esgotam na escola. Instituições como a família, a igreja, o cotidiano difuso do bairro, do lazer, do trabalho promovem a educação da classe trabalhadora, porque plenas de relações sociais, onde predominam situações de aprendizagem de forma intencional ou não (PAIVA, 1997, p. 02).

Portanto é necessário valorizarmos tanto os saberes dos alunos, como dos professores, sejam eles cotidianos ou técnico-científicos. Há oito anos, como docente na EJA, tenho observado que esses alunos trazem uma experiência de vida muito grande. Muitos não conseguem ler, escrever e interpretar um texto, mas tem o domínio perfeito de outras habilidades e sabem resolver problemas e questões que aprenderam ao longo da vida em contato com outras esferas da sociedade, através do trabalho, pois é ele que amadurece e forma as pessoas e não apenas a escola. Alguns trazem uma visão de mundo de forma tal, que conseguem superar surpreendentemente os conteúdos trabalhados, sem dificuldades, o que mostra que aprenderam ao longo da vida, através da experiência no trabalho. Cabe à comunidade escolar valorizar as diferentes situações de aprendizagem. Assim é de importância fundamental na comunidade escolar a concepção e formação dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, pois, educar é mais que reunir vários alunos numa sala de aula e transmitir o conteúdo, mas acreditar nas possibilidades de crescimento pessoal e profissional do sujeito, como ser humano.

No processo pedagógico, o aluno é (ou deveria ser), assim como o professor um sujeito ativo e o professor é responsável por criar esse hábito, visto que, o ato pedagógico é um ato transformador. Mas para ser um ato transformador,

É preciso assegurar “o direito de todos, de dizer a sua palavra”, como afirma o professor Paulo Freire, para se conhecer a história (muitas vezes negada) dos alunos das classes de educação de jovens e adultos. Isso é possível quando os alunos se

voltam para as suas experiências vividas e, inspirados nelas, têm alguma coisa a dizer. Porque as experiências são pessoais; cada aluno assume a autoria do seu próprio texto (oral e escrito). Nesse confronto de idéias os alunos concordam; discordam; questionam e, ao mesmo tempo, produzem linguagem (ABRANTES, 1997, p. 01).

Devemos construir uma educação de jovens e adultos levando em consideração a identidade desses sujeitos, portanto é necessário transformar a escola, a qual deve estar voltada para as expectativas dos alunos, no sentido de favorecer a participação, motivação, mobilização e conhecimento que partem da própria vida do sujeito.

Então, o educador de jovens e adultos tem esses vários temperos: um pouco de aventura, muita criatividade e arte, e uma aposta incansável na possibilidade do outro, porque, no fundo, ele está trabalhando na tarefa de resgate de sujeitos sociais (CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA – CEDAC, 2005, p. 33).

Mas, não basta acreditar, é preciso colocar as concepções em prática, pois são elas que definem a educação de jovens e adultos, que, por muito tempo, e até hoje, é entendida como atendimento aos que não sabem ler e escrever. Logo, o educador de jovens e adultos deve ser uma pessoa dedicada, que ama sua profissão, que respeita as diferenças e acima de tudo, estudiosa/o e comprometida/o com as transformações sociais.

Em relação aos professores da EJA da Escola Municipal Auta de Souza, constatamos através de entrevista, que todos são graduados em área específica e que atuam na educação tanto no ensino fundamental regular como na modalidade EJA. O tempo de trabalho dos mesmos varia entre 09 (nove) e 22 (vinte e dois) anos e especificamente na EJA, entre 02 (dois) e 08 (oito) anos, trabalhando, geralmente, os três períodos em 02 (duas) ou mais escolas, para manterem sua sobrevivência. Isso gera uma dificuldade ou um dos desafios dessa modalidade de ensino, pois impede que ocorram momentos coletivos para troca de experiências do grupo ou da comunidade escolar.

Como proposta para solucionar ou amenizar o problema, seria de grande importância que a Secretaria Municipal de Educação - SME - organizasse um calendário escolar, com datas previstas dentro do horário de trabalho, para formação continuada em serviço, as quais seriam dedicadas a momentos de estudos, planejamento, troca de experiências, etc.

Embora possuindo formação específica na área em que atuam, como: Português, Matemática, Inglês, Geografia, História, Ciências, com exceção das áreas de Arte e Educação Religiosa, os professores precisam ser capacitados, para que tenham uma nova visão em relação à realidade social dos sujeitos da EJA e trabalhem no sentido de mudar essa situação de exclusão, pois,

[...] da forma como elas vêm sendo construídas pelos modelos econômicos, [...] mais geram miséria do que desenvolvimento. [...] a existência desses jovens e adultos sub-escolarizados é decorrência de um processo que promove o fracasso da escola pública e a conseqüente exclusão dos alunos (PAIVA, 1997, p. 01).

A mudança de concepção é de importância fundamental, mas é preciso mudar a prática pedagógica e trabalhar de forma diferenciada com os sujeitos, evitando a evasão, visto que, além da falta de tempo e de capacitação, há também uma falta de estrutura com relação a recursos didáticos, que inviabilizam a permanência dos alunos e a qualidade e sucesso do ensino-aprendizagem.

CAPÍTULO II

O COTIDIANO DA EJA: MECANISMOS DE “NÃO” ACESSO E “NÃO” PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA.

Neste capítulo, o enfoque será voltado para o cotidiano da EJA – Educação de Jovens e Adultos no ensino fundamental, com objetivo de encontrar os motivos que levam a maioria dos alunos a procurarem a escola e nela não permanecerem e encontrar meios de intervir para mudar essa realidade.

O acesso ao ensino fundamental é um direito público assegurado por lei. “A primeira decorrência desse direito é algo bastante verificável por parte do gestor” (CURY, 2007, p. 489). E como o gestor seja no âmbito municipal, estadual ou federal, seja da Unidade Escolar é o responsável pela administração, cabe a ele primeiramente, colaborar no sentido de informar as demandas e garantir o acesso a quem necessitar escolarizar-se, pois, conforme o artigo 5º da LDB, inciso III, cabe ao município: “I – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso; II – fazer-lhes a chamada pública [...]” (BRASIL, apud, CURY, 1996, p.489).

O primeiro passo é oferecer o acesso à matrícula, pois, mesmo sendo um direito legal, não significa que todas as pessoas possam usufruir. E para que todos sejam informados da oferta de vagas na escola é preciso haver divulgação nas mais diversas formas e espaços, principalmente nos meios de comunicação. Mas, só o acesso à escola não é o suficiente. É necessário entrar e ter condições que favoreçam a permanência e a conclusão com sucesso escolar.

Como docente do ensino fundamental da EJA, na escola Municipal Auta de Souza em Jataí – GO, vivenciando e entrevistando os sujeitos envolvidos nessa comunidade escolar (gestora, professores, alunos e ex-alunos) pudemos constatar a realidade local dessa modalidade de ensino, utilizando alguns questionamentos relacionados ao: acesso, diagnóstico

inicial, plano de curso, conteúdos (currículo), metodologias, desafios e dificuldades enfrentados, plano de atendimento especial, processo avaliativo, permanência ou evasão, utilizados nesta Unidade Escolar.

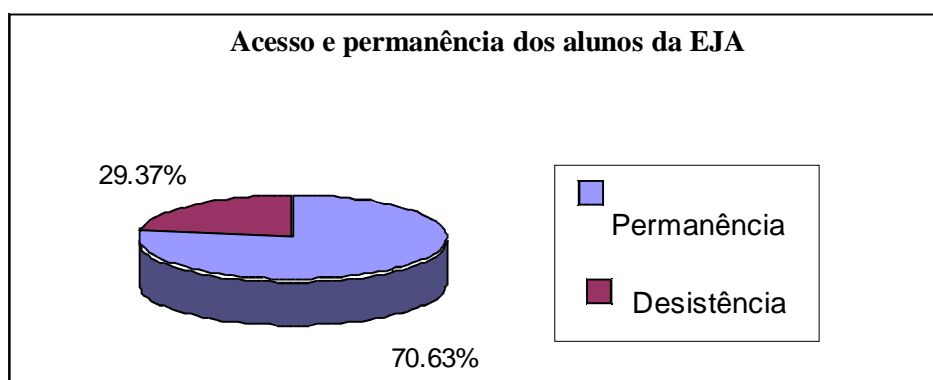
A entrevista realizada com o Gestor, coordenador, auxiliar de secretaria, quanto à divulgação do período de matrículas e número de vagas existentes, deixou claro que raramente é informada pelos meios de comunicação, mas a divulgação é realizada entre os próprios alunos nas salas de aula, no final de cada semestre letivo, reforçando para que efetivem suas matrículas na secretaria da escola antes de encerrar o período letivo, estando também aberta para os alunos da casa e os de fora, no início do próximo período letivo.

Diagnosticou-se também que há uma carência de recenseamento da população sem escolarização e falta de oferta que desperte o desejo do retorno à escola, em grande parte da população. Consideramos que a falta de informação pela necessidade de divulgação acaba excluindo muitas pessoas, sendo um dos fatores condicionantes do “não” acesso a escolaridade e da não garantia desse direito. Essa responsabilidade, por um lado cabe à gestão da escola, mas por outro, ao poder público que, pelo fato de não ser uma proposta vantajosa ou lucrativa, acaba passando despercebida pela sociedade que também está mais preocupada com os próprios interesses e não com os interesses coletivos.

Notamos que mesmo sem a divulgação necessária, no início de cada semestre letivo, há uma grande procura por matrículas nas classes de EJA, pois algumas salas ficam superlotadas, porém a maioria desses alunos começa faltar bastante e acaba desistindo, retornando novamente no próximo semestre. Essa situação se repete várias vezes, sem que esses alunos cheguem a um processo final dos estudos.

Conforme pesquisa documental, realizada na Secretaria da Unidade Escolar, analisando diários de classes e pastas individuais, chegamos aos dados de acesso e permanência dos alunos, no segundo semestre de 2008, os quais estão expressos no gráfico 1:

Gráfico 1



Fonte: Secretaria da Escola Municipal Auta de Souza, 2008

Nesse semestre foram matriculados ou tiveram acesso à escola, um total de 160 alunos. Observa-se pelo gráfico que 29.37% desistiram, correspondendo esse total a 47 alunos e que 70.63% permaneceram, ou seja, 113 alunos chegaram ao final do período letivo. Houve um índice alto de desistência, que comprova a necessidade de repensar e tomar atitudes que favoreçam as condições não só do acesso, mas também da permanência desses alunos.

Segundo Cury (2007, p.490): “A permanência se garante com critérios extrínsecos e intrínsecos ao ato pedagógico próprio do ensino / aprendizagem”. Por critérios extrínsecos entende-se entre outros aspectos, as políticas públicas, as condições sócio-econômicas, psicológicas e afetivas em que esse sujeito se insere e por critérios intrínsecos os processos políticos, sociais e pedagógicos, inerentes a comunidade escolar, sendo esse último um dos fatores diretamente responsável pela não permanência do aluno.

Temos conhecimento que a lei garante as condições de acesso e permanência do aluno, como podemos observar através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394/96,

Seção V

Da educação de Jovens e Adultos.

Art. 51. A oferta de educação escolar regular para jovens e adultos dar-se-á considerando as seguintes características:

- I - oferta de ensino noturno próximo da residência e/ou local de trabalho dos alunos;
- II - conteúdos curriculares/metodologia adequados ao amadurecimento intelectual dos alunos;
- III - organização escolar flexível mediante adoção de série, ciclos e outras modalidades;
- IV - professores em processo contínuo de formação para atuar em Educação de Jovens e Adultos;
- V - ações integradas e complementares entre si, de responsabilidade primordial do Estado e da iniciativa privada, para a garantia do acesso e permanência do aluno trabalhador à escola.

Além de conhecermos a lei, temos também a plena convicção de que a mesma não é suficiente para garantia das condições de acesso e a permanência na escola, aos jovens e adultos, porém é um suporte, no qual podemos ancorar, buscando e fiscalizando através do poder público, seja em âmbito municipal, estadual ou federal, pois, percebemos que um dos desafios da garantia desse direito é a falta de recursos financeiros, ou se não há falta, pelo menos este não chega às escolas, ocasionando falta de material, outros recursos, como retro-projetor, biblioteca, sala de vídeo, sala de informática, atendimento à saúde e também a merenda escolar para essa clientela, sendo que muitos saem direto do trabalho para a escola sem comer, tendo às vezes de sair mais cedo porque não suportam a fome.

Nesse sentido, a importância de um trabalho sério de Políticas Públicas da educação de jovens e adultos, conforme aponta o Relatório - Síntese do 5º Encontro Nacional do Mova – Brasil (2005) faz-se necessário,

[...] Políticas públicas aqui tratadas como atividades ou conjunto de ações, programas/projetos imputados do Estado devem partir das demandas, serem contínuas, articuladas entre si (perpassando, entre outros aspectos, desde a formação inicial e continuada dos educadores populares que atuam na alfabetização de jovens e adultos; financiamento; concepções e princípios norteadores do fazer adequado à EJA; infra-estrutura – salas, bibliotecas, multimídia, laboratórios –; merenda adequada às necessidades do jovem e adulto trabalhador, atendimento oftalmológico e de saúde bucal, indo além de políticas de governo) (p.02).

Sabemos que historicamente a escola não foi criada para atender a todos e o acesso do povo (a maioria da população) a ela se deu a custas de muita luta, por parte principalmente dos movimentos sociais. Por sua vez à medida que os trabalhadores e filhos destes buscaram a escola ela não estava preparada para recebê-los, especialmente os jovens e adultos, daí a grande importância que se garanta nos cursos de formação inicial de professores o olhar para esta modalidade educativa, bem como a promoção da formação continuada direcionada para a especificidade deste segmento. Além da formação dos professores, é de suma importância: a oferta da merenda, pois são alunos trabalhadores e a maioria não tem o tempo disponível de ir às suas casas fazer suas refeições, mas precisa frequentar a escola como exigência do mercado de trabalho; o atendimento oftalmológico e de saúde bucal, pois grande parte dessa clientela não possui plano de saúde que cobre esses serviços, e a maioria dos alunos está na faixa dos 40 a 65 anos de idade, com problemas de visão que dificultam a leitura e escrita.

Portanto, todas as ações pensadas no 5º Encontro do Mova Brasil, acima citadas, se oferecidas de forma contínua no ensino fundamental e médio, aliadas à melhoria das práticas pedagógicas do educador, através de cursos, acompanhamento pedagógico, as trocas de experiências, a participação em Fóruns, serão um convite para que os sujeitos dessa modalidade frequentem a escola e contribuirão para uma ação de alfabetização/educação libertadora e desenvolvimento positivo na vida dos educandos, à medida que vai resgatando a auto-estima, a capacidade de aprendizagem e as condições de acesso, permanência e conclusão dos estudos. Em síntese, estamos propondo para a EJA, a abertura de um espaço a uma nova prática pedagógica, que muda desde as políticas públicas, a postura do professor, o ambiente físico da sala de aula, como também a metodologia de trabalho.

Ouvindo os alunos da Escola Auta de Souza, no que se refere à questão da evasão e repetência, ao entrevistar um grupo focal com oito alunos do segundo período (6ª série),

desses, quatro disseram que repetiram quando mais novos e todos ficaram fora da escola muito tempo, variando entre quatro e vinte e quatro anos. Um deles disse ter começado a estudar com 45 anos, depois disso nunca mais parou e nem foi reprovado.

O motivo mais relevante que os levaram tanto a parar, como voltar estudar está relacionado ao trabalho por melhores oportunidades de emprego e salários. Muitos tinham vergonha de voltar a estudar, achavam que as matérias poderiam ser mais difíceis, mas hoje veem na escola uma fonte para o futuro, querem aprender, passar sempre de ano, ganhar novas experiências, porém muitos se esbarram no cansaço do trabalho, outros têm que conciliar trabalho / escola / igreja / família, pois tudo é importante na vida do ser humano. Segundo eles o que mais leva os alunos a desistirem de estudar são as dificuldades familiares e o trabalho e para melhorar o ensino-aprendizagem, deram as seguintes sugestões: mais diálogo e respeito entre alunos e professores, mais qualificação para os professores e mais recursos para a escola.

Por outro lado, a compreensão desse universo de questões que compõe a realidade da educação de jovens e adultos requer do educador, além da formação, um envolvimento de cunho político e solidário, pois, ser educador de jovens e adultos perpassa conhecer estes sujeitos, suas necessidades, expectativas, interesses, saberes e possibilitar-lhes a valorização de seu próprio conhecimento, bem como favorecendo o acesso, construção e reconstrução de saberes técnico-científicos, de forma a possibilitar-lhes ferramentas de luta na sociedade, e no campo do trabalho.

Nesse sentido a escola deve dar uma base para a vida com a iniciativa de ajudar as pessoas a se emancipar, a desconstruir a mentalidade capitalista, onde o conhecimento está servindo para destruir o planeta. Portanto,

A disparidade entre a visão que o aluno tem do que seja a escola e uma educação que efetivamente sirva a este aluno pode gerar conflitos. Não são incomuns casos até de desistência do curso. Não encontrando uma escola que corresponda às suas expectativas o aluno se frustra e como não é uma criança que os pais levam obrigatoriamente à escola, acaba abandonando o curso. Para resolver esta situação, não basta que o professor faça um discurso, no primeiro dia de aula avisando desta diferença. O poder de um discurso, por melhor que seja, é muito pequeno para se contrapor a uma imagem gerada pela cultura em que o aluno está inserido durante uma vida inteira...

Os professores que têm obtido maior sucesso em trabalhar esta situação costumam ter presente que é a partir do conhecido que se atinge o desconhecido. Por isso, nas primeiras semanas de aula preocupam-se em que o aluno “reconheça” na escola que está entrando, a escola que ele imaginava.

O objetivo do educador não é chocar o aluno, mas desencadear um processo de descobertas (BARRETO, 1994, p. 87).

A expressão “partir do conhecido” é o mesmo que “partir da realidade do aluno”. Mas, o que se nota é uma dificuldade por parte da maioria dos docentes em entender o que isso significa na prática. Não basta fazer conclusões ou julgamentos a respeito dos alunos, sem entender o que ocorre no cotidiano. Para entender é preciso ouvir o relato de experiências de vida desses sujeitos e o que eles pensam ou esperam que a escola possa contribuir para melhorar a qualidade de vida de cada um. Para muitos professores, partir da realidade do aluno, de acordo com Medrado (1997, p.01),

[...] significa dizer algumas características genéricas (sempre negativas, ou quase sempre) sobre os seus alunos;
- *não tem informação;*
- *faltam muito;*
- *Vivem na miséria, são muito carentes;*
- *trabalham e por isso estão sempre cansados na aula.*
Inicialmente é preciso perguntar:
Por que faltam? Por que precisam estudar à noite? Por que vivem na miséria?

Um diagnóstico inicial é de fundamental importância, para o conhecimento do cotidiano desses sujeitos e de um intercâmbio maior entre eles e o professor, pois pensam que o professor é o único detentor do conhecimento e um modelo a seguir. Acreditam na aprendizagem por repetição e quando não aprendem, sentem-se culpados pelo fracasso e desmotivados, sendo que a maioria abandona os estudos ou permanece, mas, continua repetindo, sem sucesso. Por isso, o professor da EJA deve ser um professor capaz de conhecer e identificar o potencial de cada aluno e tentar reverter essa ideologia de que apenas o professor é o único que detém conhecimentos na sala de aula, mostrando através do diálogo que tanto o educador como educandos são portadores de saberes, e que o conhecimento é construído e reconstruído no desenrolar das relações entre os atores envolvidos na comunidade escolar.

Perguntando se é realizado, no início do ano letivo, um diagnóstico inicial para obter algumas informações dos motivos da procura, das expectativas e concepção que tem da escola, se o aluno é repetente e o motivo, os conhecimentos que possuem em cada disciplina e o que é feito com esse diagnóstico, obtivemos as seguintes respostas:

PA – Não é realizado, mas acredito que o aluno procura a escola porque o mercado de trabalho está exigindo, logo espera que a escola possa prepará-lo para a vida, porém acha que alguns possuem conhecimento que a vida lhe proporcionou e outros nada;
PE – Cada professor ao iniciar seus trabalhos, faz um diagnóstico de verificação da aprendizagem e que a partir desse é ministrado os conteúdos básicos de cada disciplina. Acho que o aluno procura a escola por necessidade de estudar, sem ter de passar muito tempo nos mesmos, que muitos pararam por falta de tempo e precisam do aprendizado sistematizado que se aprende através da escola;
PI – Não é feito o diagnóstico, mas mesmo que não tenha estudado o aluno faz uma prova seletiva ou de classificação;

PO – Não, existe prova de classificação. Creio que os alunos procuram a escola para adiantar os estudos, pois já perderam muito tempo;

PU – Não é feito diagnóstico inicial. Acredito que procuram a escola por interesses próprios, acham que a escola é o lugar onde vão adquirir mais conhecimento e que os alunos possuem conhecimentos relacionados às suas profissões.

Notamos na fala dos professores que, não é feita uma escuta dos alunos, para ouvir suas necessidades, os motivos que levaram a não procurarem a escola no momento adequado e por que estão procurando agora, seus desejos ou expectativas em relação à escola, suas necessidades, os problemas e desafios que vivenciam em sua comunidade e outras contribuições para melhoria do ensino, pois dessa forma, deixariam de fazer julgamentos prévios a respeito do cotidiano desses alunos e iniciariam um trabalho a partir da realidade propriamente dita, utilizando conteúdos vivenciados pelos mesmos.

A falta do diagnóstico vai ao encontro a uma concepção tradicional e conteudista que não leva em conta os interesses dos sujeitos trabalhadores. Dessa forma, a aprendizagem é dificultada, provocando na maioria das vezes, o abandono dos estudos ou repetência. Já, uma proposta curricular que parte da realidade dos alunos a partir do diagnóstico inicial, vai ao encontro às necessidades e expectativas da clientela escolar, em que todos os professores trabalham no sentido de colaboração e ajuda, os alunos são motivados a aprender, pois são avaliados como um todo, sem perder o foco do ser humano.

Entrevistando individualmente dois alunos que estão estudando, quanto a questões ou fatores que interferem no acesso e permanência na escola, o primeiro, 28 anos, solteiro, pai de três filhos, auxiliar de produção, nos fala:

A1 – Estudei até a quarta série e repeti três vezes, por causa de rebeldia, eu não tinha idéia, depois parei de estudar 15 anos, porque casei muito jovem e não quis mais estudar. Voltei a estudar na quinta série, pela necessidade do estudo para desenvolver mais a leitura, pois pretendo trabalhar com som e barbearia. Sempre achei que a escola ia me ajudar, pois não sabia ler direito e hoje ela faz parte da minha vida, agora não quero parar mais, quero concluir meus estudos, terminar o terceiro ano do ensino médio. A maior dificuldade é o serviço, acordo três horas da madrugada, trabalho o dia inteiro, durmo muito pouco. Muitos param de estudar por causa dos compromissos de trabalho, cansaço físico e mental, pressão do serviço. Tenho dificuldade em Português, pontuação, frases com ss, acentos, troca de letra. Meus colegas, a maioria tem dificuldade em matemática e pede ajuda do Luciano, pois é o rei da matemática, na sala. Acho que na escola devia ensinar de tudo, até aula de motivação e os professores terem mais diálogo com os alunos e mais paciência. Em minha opinião, muitos desistem por falta de vontade, problema em casa e no serviço, trabalho noturno e para melhorar precisa ter mais livros, dicionário e reuniões para discussão.

O segundo, 38 anos, casado, quatro filhos, operador de máquina:

A2 – Estudei até a 5ª série, era muito bom. Nunca repeti. Fiquei 22 anos sem estudar, por falta de juízo. Voltei a estudar por exigência do mercado de trabalho e estou no 4º período (8ª série). Sempre tive a melhor ideia da escola, pra mim hoje

ela é o lugar que pode me trazer um futuro melhor, quero me formar e ser alguém na vida. Eu esforço muito para assistir as aulas, por causa do meu trabalho. Essa também é a dificuldade dos meus colegas, mas consigo aprender com facilidade os conteúdos, porque presto atenção nas aulas. Meus colegas têm mais dificuldade em Matemática e Física. Acho que todos os conteúdos são importantes, mas para facilitar a aprendizagem, tinha que ter mais tempo de aula nas matérias mais difíceis, como Física. Acho que é a falta de interesse que faz muitos alunos desistir de estudar e para melhorar o ensino é preciso ter mais rigidez, mas os professores e a direção são ótimos, não precisa mudar.

No relato dos alunos que estão frequentando o curso da EJA, percebemos que a maioria ficou muito tempo fora da escola, pelos mais diversos motivos principalmente, casamento, trabalho e falta de ideia. Praticamente todos voltaram a estudar, porque viram na escola a única forma de melhorar de vida, porque hoje o mercado de trabalho está exigindo qualificação do trabalhador. Porém, esse mesmo trabalho que exige qualificação, acaba tirando de muitos o direito de permanecer na escola, pois levados pelo cansaço e fome muitos fazem a opção entre vencer o cansaço e a fome, para melhorar de vida, ou continuar do jeito que está, sem expectativa de mudança. Nesse sentido as falas nos remetem a um olhar das condições de vida desses estudantes trabalhadores, que, apesar de valorizarem o papel da escola têm que se desdobrarem para trabalhar e estudar, como expressa A1 ao dizer “[...] A maior dificuldade é o serviço, acordo três horas da madrugada, trabalho o dia inteiro, durmo muito pouco. Muitos param de estudar por causa dos compromissos de trabalho, cansaço físico e mental, pressão do serviço”, ou mesmo A2 com seu relato. “Eu esforço muito para assistir as aulas, por causa do meu trabalho. Essa também é a dificuldade dos meus colegas [...]”.

Quanto às dificuldades que os alunos apresentam como “em Português, pontuação, frases com ss, acentos, troca de letra” (A1) ou a “maioria dos colegas, em matemática (A2); ou ainda quanto a fala de A1 que nos diz “Acho que na escola devia ensinar de tudo [...] e os professores terem mais diálogo com os alunos e mais paciência” – essa fala nos leva a pensar numa proposta mais humana, capaz de prender a atenção dos alunos com conteúdos interessantes e úteis para a vida e para que isso ocorra é necessário muito diálogo e respeito entre professor e aluno, visto que, de acordo com Freire (1996, p. 47) “*ensinar não é transferir conhecimento*”. Nesse sentido, não estamos prestando um favor aos nossos alunos, mas estamos num processo de interação dialógica, momento em que devemos proporcionar meios para que os alunos tirem suas dúvidas, exponha suas opiniões e apropriem do conhecimento da melhor forma, sem faltar com respeito aos diferentes níveis de aprendizagem e com a autonomia do educando.

Entendemos que essa corrida, às vezes forçada, dos alunos em busca da aprendizagem, é como se fosse uma resposta às necessidades impostas pela sociedade capitalista, pois,

A complexidade do mundo contemporâneo exige um aprender continuamente, por toda a vida, ante os avanços do conhecimento e a permanente criação de códigos, linguagens, símbolos e de sua recriação diária. Exige não só o domínio do código da leitura e da escrita, mas exige também competência como leitor e escritor de seu próprio texto, de sua história, de sua passagem pelo mundo. Ao mesmo tempo, exige reinventar os modos de sobreviver, transformando o mundo, quando tão poucos vivem, e os que vivem põem à margem os considerados descartáveis, porque desprovidos de bens que até ontem o trabalho assegurava, porque constituía valor. As mudanças no mundo do trabalho produziram multidões de desempregados e a oportunidade de emprego não existe mais para muitos, com e sem qualificação. (OLIVEIRA, 2004, p.39).

Podemos observar que o objetivo da escola sempre esteve voltado no sentido de atender o mercado de trabalho, porque essa acredita que a educação vai proporcionar a esse aluno, maiores oportunidades, já que as empresas hoje estão requisitando pessoas mais capacitadas em virtude da exigência do mercado de trabalho, diante da modernização dos meios de produção nos diversos setores de atividades econômicas.

Conversando com os professores sobre a opinião que possuem a respeito da não permanência dos alunos e do que pode ser feito para amenizar a situação de evasão e garantir o acesso e permanência, colhemos as seguintes respostas:

PA - Muitos alunos desistem, porque conseguem trabalho à noite ou porque estão cansados. Seria de grande importância a oferta do lanche e melhorias em geral na qualidade da educação, que depende das políticas públicas;

PE – As dificuldades em conciliar trabalho, estudo e afazeres diversos levam os alunos a desistirem da escola. Para garantir a permanência uma boa sugestão seria o fornecimento do lanche, pois, muitos alunos vêm para a escola com fome e sem dinheiro;

PI – Muitos não conseguem permanecer por vários motivos, inclusive por causa das dificuldades de aprendizagem. Deve haver maior conscientização dos alunos da importância da aprendizagem e do conhecimento;

PO – Creio que esses alunos desistem por falta de tempo ou de interesse, sendo preciso maior conscientização dos alunos, capacitação constante dos professores, promoverem reuniões na própria escola e mais verbas para a EJA;

PU – A não permanência é gerada pela falta de tempo, devido ao serviço. Para que haja maior permanência os alunos precisam da merenda, pois geralmente não fazem a última refeição em casa, os professores precisam de mais cursos de formação continuada em área específica.

Observamos na fala desses professores uma repetição da provável causa de evasão da maioria dos alunos da EJA, como sendo a necessidade de oferta da merenda, que, juntamente com o cansaço provocado pelo fato de não poder ir do trabalho para casa descansar e se alimentar de forma adequada, muitos fazem a opção pelo trabalho, deixando de lado a oportunidade de estudar, visto que não conseguem conciliar as duas coisas. Nesse caso,

um lanche ou uma refeição reforçada serviria de estímulo a esses alunos que não conseguem permanecer na escola.

Outros fatores mencionados nas falas foram: a formação continuada para professores, pois muitos iniciam seus trabalhos nessa modalidade sem noção nenhuma, às vezes usam a mesma forma utilizada no ensino regular, desenvolvendo um trabalho infantilizado, sem considerar a experiência que esses sujeitos trazem, por falta de conhecimento e orientação; o destinar mais verbas para a escola seria outro fator favorável à inclusão dos alunos, pois, através de investimentos em materiais e recursos didáticos, como livros, apostilas, vídeos, sala de informática, retro-projetor, data-show e outros se possibilitaria a melhoria das ações pedagógicas dos professores e conseqüentemente o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Por outro lado, as falas dos professores e dos alunos nos remetem também para a questão das dificuldades de aprendizagem, bem como do currículo/conteúdos e metodologias utilizados em sala de aula, como nos mostra a fala de (A1):

“[...] Tenho dificuldade em Português, pontuação, frases com ss, acentos, troca de letra. Meus colegas, a maioria tem dificuldade em matemática e pede ajuda do Luciano, pois é o rei da matemática, na sala. Acho que na escola devia ensinar de tudo, até aula de motivação e os professores ter mais diálogo com os alunos e mais paciência”;

Também (A2), quando diz “Meus colegas têm mais dificuldade em Matemática e Física. Acho que todos os conteúdos são importantes, mas para facilitar a aprendizagem, tinha que ter mais tempo de aula nas matérias mais difíceis, como Física”.

Notamos pelas falas que os alunos apresentam dificuldades em algumas disciplinas, principalmente em Matemática e Física e buscam alternativas para aprender através da ajuda de colegas que apresentam maior facilidade nas matérias mais difíceis, como matemática. Seria importante aproveitar esses alunos como monitores, haja vista que sua linguagem é mais próxima dos colegas e consegue atingi-los; Notamos também pelas falas que os motivos dessas dificuldades estão ligados à falta de motivação, paciência e diálogo de alguns professores com os alunos e também da falta de aproveitamento do tempo para as matérias mais difíceis. Portanto, a realização de momentos de auto-avaliação em que os educandos apontam suas dificuldades e os professores se reorganizam para auxiliar a superá-las, seja por meio de reforço ou reagrupamentos, seja dando uma atenção especial àqueles que apresentam tais dificuldades, inclusive realizando trabalhos em grupo, de forma que um auxilie o outro a pensar.

Além da dificuldade de entender como partir da realidade do aluno, outro dilema dos educadores está relacionado aos conteúdos a serem ministrados aos jovens e adultos, que precisam “resgatar o tempo perdido” e são mais experientes do que as crianças.

Na prática essa ideia nunca se confirmou, mostrando que, às vezes, o tempo necessário é o mesmo da criança e, talvez, até mesmo maior. O que esta concepção encobre, na verdade, é o fato de se julgar que o trabalho com jovens e adultos é para “resgatar” a escolaridade perdida, e que para isso, deve ser feito mais rapidamente; que para ser mais rápido precisa de menos conteúdos; e se precisa de menos conteúdos, que se tirem os mais difíceis, porque “eles não vão aprender mesmo”... Enfim, todo um conjunto de ideias sem fundamentação científica revelando os preconceitos e o lugar de marginalização que cabe a essa educação (PAIVA, 1997, p. 01).

Embora exista uma proposta específica para a EJA, os conteúdos trabalhados com os jovens e adultos na Escola Municipal Auta de Souza em Jataí - GO fazem parte do currículo aplicado na rede regular, para crianças e adolescentes. São selecionados pelos professores, alguns conteúdos por disciplina, para trabalhar com os alunos da educação de jovens e adultos no período de um semestre letivo. Mas de forma geral, estes estão desvinculados dos interesses dos jovens e adultos trabalhadores que buscam a EJA, porque não é feito um diagnóstico inicial, no sentido de escolher conteúdos que atenda os interesses e necessidades dos mesmos. Isso ocorre, porque em geral as redes estaduais e municipais e mesmo professores desconhecem a Proposta Curricular da EJA e não há uma escuta destes alunos, para compor um currículo que parta dos seus interesses e necessidades. Vale ressaltar que, mesmo o currículo da rede regular, pode ser pensado e trabalhado de forma diferente, no sentido de favorecer a classe trabalhadora e não a classe dominante, porém apenas alguns professores o fazem, o que dificulta a permanência e o sucesso do aluno frente o processo de ensino-aprendizagem.

Por outro lado, dever-se-ia ouvir mais os alunos quanto a seus interesses e necessidades, e uma necessidade sempre presente nos seus depoimentos é que buscam a escola enquanto espaço de diálogo e que pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida. No sentido de atender esses interesses e necessidades,

O currículo não pode ser pensado apenas como um rol de conteúdos a serem transmitidos para um sujeito passivo. Temos que levar em conta que as atitudes, as habilidades mentais, por exemplo, também fazem parte dele. Nesse sentido o currículo que nos interessa é aquele em que o educando tem oportunidade de entrar no movimento do conceito (VASCONCELLOS, 2000, p. 99).

Entendemos que a escolha dos conteúdos deve privilegiar como ponto de partida os conhecimentos fundamentais, para construção e compreensão da realidade, local, regional

e global. A partir do diálogo entre professores e alunos, ou seja, através de um diagnóstico, poderemos verificar os problemas vividos pela comunidade. Esse diagnóstico deve ser analisado pelos professores, que organizarão e sistematizarão os mesmos em temas geradores (projetos de ensino-aprendizagem ou outras formas de organização curricular, que partam da realidade dos sujeitos). São temas da realidade concreta e são geradores porque,

Gera problematização (questões desafiadoras postas pela prática social), dúvidas, discussões e questionamentos dos conhecimentos e da realidade que se faz necessário dominar. Estes assuntos da realidade ao se interligarem em uma rede de subtemas apontam interdisciplinarmente para a busca de uma maior totalidade e aprofundamento da temática (RODRIGUES, 2003, p.01).

Lembramos que, para a problematização da realidade e o trabalho interdisciplinar, é necessário haver momentos de estudo e reflexão entre os educadores, para possibilitar a escolha dos conteúdos, os quais deverão articular ao tema em cada área, de forma que todos saibam o que cada professor vai trabalhar, para não haver repetições de conteúdos e sim articulação e integração entre eles. Logo, é preciso que haja estudo e planejamento entre o coletivo de educadores.

Com relação aos conteúdos das disciplinas trabalhados na escola, numa entrevista em forma de grupo focal realizada com os alunos do segundo período (6ª série) da Escola Auta de Souza, estes informaram que, em geral, a maior dificuldade encontrada em relação aos conteúdos foi em matemática, por ser uma matéria mais difícil e as aulas serem curtas. Além da matemática, encontram dificuldades em Inglês, por ser apenas uma aula por semana. Continuando disseram que na escola deveria também ser ensinado a Bíblia e Computação.

Percebemos na fala da maioria desses alunos uma expectativa em relação ao que deve ser ensinado na escola, além do já ensinado, como: a Bíblia e Computação. Reafirmando essa expectativa podemos observar na fala de A1 “Acho que na escola devia ensinar de tudo, até aula de motivação e os professores terem mais diálogo com os alunos e mais paciência”. Logo, essas necessidades, como o estudo da Bíblia, Computação, Motivação e outras, são conteúdos que podem ser articulados em Temas Geradores, nas diversas disciplinas. Essas e outras necessidades serão conhecidas através do diálogo que é fundamental para o conhecimento da realidade da clientela escolar. Nesse sentido “a paciência” é uma ferramenta essencial do professor e citada por alguns alunos entrevistados visto que, sem essa virtude a capacidade de ouvir o outro é dificultada.

Questionando alguns professores quanto à elaboração do plano de curso, a seleção de conteúdos e o que é fundamental trabalhar com eles, considerando o perfil do aluno que se tem e que se quer formar, o resultado foi o seguinte:

PA – Sim, o planejamento é elaborado no início do ano. Os conteúdos são selecionados durante o planejamento pelos professores e coordenadora da EJA. Com esses alunos é fundamental trabalhar todas as disciplinas, pois os concursos e vestibulares irão cobrar a aprendizagem deles, como de qualquer um outro aluno;

PE – O plano de curso é feito no início do ano com todos os professores da EJA, quando são selecionados os conteúdos da rede regular, priorizando os mais importantes, visto que o tempo é muito curto. É de fundamental importância trabalhar com esses alunos, a leitura, a escrita e interpretação, mas depende de cada disciplina;

PI – O planejamento é feito de acordo com as normas da EJA. São escolhidos os conteúdos mais direcionados ao seu cotidiano, sendo fundamental trabalhar interpretação e cálculos;

PO – O planejamento é realizado de acordo com as normas vigentes. São selecionados os conteúdos mais direcionados a idade dos alunos e do seu cotidiano, sendo importante trabalhar interpretação de texto e cálculos;

PU – É realizado por disciplina entre os professores e coordenador da EJA. Alguns conteúdos selecionados em matemática, muitos alunos não vêem importância para suas vidas. É muito importante trabalhar com eles a auto-estima.

Como sempre, o planejamento dos conteúdos a serem trabalhados é realizado antes de começarem as aulas, antes de conhecerem os alunos e suas necessidades, na semana do planejamento, com todos os professores e coordenadora da EJA, com base no currículo do ensino regular, do qual é feita uma seleção de conteúdos, por áreas específicas, sem considerar o perfil do aluno que tem e que se quer formar. Embora, os conteúdos sejam selecionados a partir daqueles trabalhados na rede regular, notamos na fala de alguns professores a preocupação, principalmente na fala de PI - “São escolhidos os conteúdos mais direcionados ao seu cotidiano, sendo fundamental trabalhar interpretação e cálculo”: Na fala de PO - “São selecionados os conteúdos mais direcionados a idade dos alunos e do seu cotidiano, sendo importante trabalhar interpretação de texto e cálculos”; Também nota-se o reconhecimento na fala de PU - “Alguns conteúdos selecionados em matemática, muitos alunos não vêem importância para suas vidas”. Percebemos que, a maioria desses conteúdos não atende as necessidades dos educandos, pois, não fazem parte da realidade desses sujeitos.

Ainda com relação aos conteúdos e materiais de apoio ao processo ensino-aprendizagem a serem desenvolvidos, há dois anos, houve uma proposta por parte da coordenadora da EJA da Secretaria Municipal, de trabalhar a Coleção Cadernos da EJA, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad / MEC, a qual é composta de 27 cadernos, sendo um exemplar contendo a concepção metodológica e pedagógica, 13 para o aluno (coletânea de textos de diversos gêneros e fontes diversas) e 13 para o professor (sugestões de atividades para o trabalho com os textos). O material é interessante, pois, aborda vários temas de grande importância no cotidiano dos alunos e visa incentivar a articulação e integração das diversas áreas. O material foi apresentado há mais ou menos dois anos e distribuída uma coleção para cada escola e um CD para cada professor,

porém, houve uma resistência em trabalhar o mesmo, dando prioridade às apostilas que haviam sido elaboradas pelos professores, as quais eram vendidas aos alunos e estavam sendo usadas no momento.

Foi um passo muito interessante, porém, mesmo aquele professor que quisesse utilizá-lo não contou com o incentivo do poder público aos professores, pois, o mais viável seria a distribuição do material impresso, não só para a escola, mas uma coleção para o professor e para o aluno. Porém, isso não ocorreu, porque a maioria dos professores, não estava interessada nessa mudança, talvez por comodidade, pois já estavam acostumados com os conteúdos anteriores, mesmo não sendo os mais viáveis, no sentido de atender as necessidades dos alunos. Os professores interessados tiveram que consultar a coleção da escola, porém sem muito sucesso, pois a escola não pode fazer a reprodução desse material, para os alunos, por falta de verbas que muitas vezes não chega até ela. Com o material em mãos, poderíamos fazer uma opção, independente da opção de todos. O que ocorreu foi um descaso por parte da maioria dos professores que por comodismo, não interessaram, gerando também, um descaso por parte do pessoal da Secretaria da Educação, em lutar pela aquisição do material.

Mais uma vez é importante fazer referência à importância do diagnóstico da realidade dos alunos, a fim de levantar falas significativas com base em critérios previamente definidos e a partir delas, problematizando-as, eleger os conteúdos significativos, advindos da necessidade e realidade concreta, que possibilitem compreender e analisar a realidade no âmbito local, micro e macro, para retornar ao local com vistas à intervenção e transformação da realidade. Lembrando que é necessário que haja momentos de estudo e planejamento interdisciplinar entre os professores.

Ainda analisando os dados obtidos que retratam a realidade da escola pesquisada, em entrevista com duas alunas desistentes, dessa escola: a primeira aluna, com 59 anos de idade, casada, mãe de sete filhos, de profissão do lar, nos fala:

A3 – Não tive estudo, apenas um mês de escola quando era criança. Depois de criança voltei pra escola na 3ª série, quando já tinha 58 anos, porque morava e trabalhava na roça. Parei de novo na 5ª série no semestre passado. O motivo de voltar a estudar é a necessidade de aprender. Pensei que a escola era aprendizagem, pois sempre tive vontade, pois a pessoa estudada é diferente, a gente não sabe ler, é difícil. Hoje a escola está sendo o meu dia-a-dia, pois tenho aprendido muitas coisas e quero ter o meu próprio negócio, ou trabalhar de vendedora em loja, pois a idade não dá mesmo pra formar. A maior dificuldade que tenho em frequentar as aulas é a falta de memória, pois a mesma diminuiu e nas matérias tenho muita dificuldade em Ciências e Matemática, provocada pela canseira na mente. Meus colegas também têm dificuldade em Ciências, mas acho que o que é ensinado na escola tá bom, eu é que preciso tomar um remédio pra memória, pois as professoras todas são boas. No

meu caso, foi doença na família que fez eu parar de estudar, mas muitos param também por falta de vontade.

A segunda aluna com 60 anos de idade, viúva, mãe de oito filhos, vendedora de plantas, comenta:

A4 – Só fiz a 1ª série, eu já era moça, era muito difícil, não consegui aprender muita coisa. Nunca repeti, parei de estudar e casei, não tinha vontade nem tempo pra isso, fui cuidar de filho e do marido. Fiquei sem estudar mais ou menos 30 anos e comecei de novo na 3ª série, parei de novo porque sofri um acidente e fiquei sem andar muito tempo. Procurei a escola porque precisava aprender a ler direito e fazer conta pra vender minhas plantas e ninguém me passar pra traz. A escola pra mim era o futuro das pessoas. Hoje ela ainda me faz falta porque to parada e queria voltar só que tenho que estudar a noite, é muito difícil e também sofro das vistas, não enxergo direito a noite. Não quero formar, mas preciso aprender mais, só que moro longe, fico muito cansada de trabalhar, a noite quero descansar, porque a idade não ajuda. Tenho dificuldade de fazer as contas do jeito que a professora fala, mas sei fazer na cabeça e não sei escrever certo e os colegas também muitos não sabiam. Na minha opinião, a escola deve ensinar tudo pra facilitar nossa vida, até mexer em computador, pois tenho que ir no banco e não sei. Pra melhorar a escola tinha que ter merenda, não por mim, mas muitos precisam. Os alunos param de estudar, porque cada um tem uma coisa diferente que atrapalha o estudo, pode ser doença, cansaço, distância e falta de transporte.

Os dois relatos são de pessoas mais idosas, que não tiveram acesso à escola quando crianças, que vieram ter essa oportunidade praticamente depois de adultas, pois na época em que eram crianças não existia escola para todos, apenas para os ricos, mesmo porque naquela época se considerava que as mulheres não precisavam estudar apenas cuidar dos filhos. Hoje, as mesmas mostram em seus relatos a importância da escola na vida das pessoas, mas mostram também as dificuldades enfrentadas na educação de jovens e adultos. E aqui destacamos alguns aspectos que dificultam o aprendizado: um deles especialmente das pessoas mais velhas e da terceira idade, a dificuldade visual, que demanda políticas públicas, que atuem na saúde pública para o atendimento a estas pessoas; outro se refere à oferta da merenda escolar adequada e que deveria ser servida logo no início do período, haja vista que são trabalhadores, que em geral vêm direto do trabalho e necessitam repor suas energias para uma terceira jornada de trabalho, o estudo. Por último, a metodologia utilizada dificulta o entendimento e aprendizagem principalmente das pessoas mais idosas, conforme um trecho do relato de A4 – “Tenho dificuldade de fazer as contas do jeito que a professora fala, mas sei fazer na cabeça”. Por que não partir do conhecimento que o aluno já traz, representando-o e avançando com outros saberes, articulando-os entre si, para que haja a compreensão do conteúdo e que o mesmo tenha um significado para a vida do educando.

Percebemos pelos relatos dos sujeitos entrevistados que todos em geral enfrentam dificuldades, como: cansaço pelo trabalho diário, problemas visuais, morar longe da escola,

falta do lanche, dificuldade de relacionar os saberes escolares com os saberes cotidianos que possuem, metodologias utilizadas pelo professor etc., que impedem a permanência na escola de grande parte dos alunos e muitos acabam assumindo a culpa dos fracassos e dificuldades, sem esperar que outros possam diminuí-las, quando na verdade muito pode ser feito, somando o esforço do corpo docente e discente, no sentido de favorecer não só o acesso, mas também a permanência. Portanto, além dos investimentos necessários na saúde, alimentação, transporte ou construção de mais escolas nos diversos bairros para facilitar o acesso, seria de grande importância a capacitação continuada dos professores, para auxiliar em suas atividades pedagógicas, no sentido de mudar a metodologia utilizada, de maneira que facilite o entendimento e aprendizagem dos educandos.

Além da forma como é pensado o currículo, a metodologia de aplicação do mesmo deixa muito a desejar, principalmente no que se refere à linguagem ou forma de tratamento infantilizada dos adultos, o que se torna uma falta de respeito, sem falar dos maus tratos a que muitos são submetidos, apontando dessa forma uma falta de qualificação do profissional dessa modalidade. Como exemplo da situação mencionada, Oliveira (2004, p.106), comenta a experiência de uma professora, que preocupada com uma aluna de segunda série, com mais de 75 anos, lhe questionou:

“Professora, o que eu faço com a Dona Josefa? Ela não consegue fazer as continhas de jeito nenhum. Ela não sabe fazer e não consegue aprender”. Solidária com a professora, nitidamente comprometida com o seu trabalho, viu que ela precisava de socorro. Refletindo sobre o problema, perguntei-lhe sobre a vida de dona Josefa, uma senhora que morava na periferia do município, mãe de muitos filhos e avó de muitos netos, sempre responsável pela criação de muitos deles. Como se explica que uma pessoa que provavelmente passou a vida contando dinheiro para alimentar, vestir e dar casa a tantos filhos e netos, não saiba fazer conta. O que ela não sabia era pegar a folhinha e fazer as continhas de acordo e a partir da ordem de arme e efetue que caracterizavam este tipo de atividade. O que ela não sabia era colocar o seu saber em diálogo com o que a professora buscava a todo custo lhe ensinar: como se fazem contas na escola.

Para evitar essa forma de tratamento injusta e porque não dizer ingênua, por parte da professora é que se faz necessário uma formação inicial e continuada que considere a realidade e conhecimentos que os jovens e adultos possuem, bem como a educação a eles direcionada deve ser pensada de forma articulada ao mundo do trabalho, no sentido de resgatar não só o tempo perdido, mas as experiências adquiridas no cotidiano da vida de cada indivíduo, como forma de enriquecimento do processo de aprendizagem escolar e articulação dos saberes cotidianos com os técnico-científicos.

Quanto ao desenvolvimento do trabalho e as metodologias utilizadas pelos professores e as expectativas dos alunos, resultou nas seguintes falas:

PA – São utilizadas as explicações orais, áudio e vídeo, que são os recursos disponíveis na escola. Em geral os alunos aceitam essa forma de trabalho;
PE – A forma de trabalho é a mais variada possível, dentro das limitações da escola. Creio que as metodologias utilizadas não correspondem, porque nesse mundo globalizado que vivemos as escolas não tem muitos atrativos;
PI – Sempre utilizo o próprio aluno, por exemplo, relacionando o corpo humano com o conteúdo. Nem sempre a forma de trabalho corresponde ao que os alunos esperam, porque não é feito um plano de curso em cima da clientela e faltam recursos na escola.
PO – É um trabalho corpo a corpo. Às vezes esse trabalho não agrada a todos porque o assunto trabalhado não é interessante.
PU – Busco condições para que os alunos consigam adquirir o conhecimento necessário. Procuro inovar a metodologia, ouvindo a opinião dos alunos.

Observamos pela fala dos professores, que há uma série de fatores dificultando o trabalho pedagógico, na escola, como: falta de recursos; falta de atrativos; assunto não interessante; falta de um planejamento em cima da clientela. Embora haja um grande esforço por parte de alguns professores que tentam desenvolver um trabalho, utilizando os poucos recursos existentes na escola ou buscando metodologias diversificadas, mesmo que seja preciso investir nas mesmas tirando do próprio bolso. Mesmo assim, muitas vezes, elas não correspondem às expectativas da maioria dos alunos, porque há na EJA, um universo heterogêneo de concepções e entendimentos, como também de dificuldades e facilidades de aprendizagem.

Além de tudo, são alunos trabalhadores de diversas profissões, em que muitos possuem acesso a recursos tecnológicos no seu próprio trabalho, por isso, no seu entender acham que a escola deveria ser mais estruturada para receber os alunos e percebem esse descaso por parte do poder público, que deveria investir mais na educação, no sentido de facilitar o trabalho dos professores e a aprendizagem dos alunos, ao oferecer melhores instrumentos de trabalho, como: sala de vídeo, biblioteca, sala de informática, outros recursos e materiais didáticos variados. Todos esses instrumentos permitiriam que os professores diversificassem as metodologias em sala de aula, aproximando o ensino da realidade dos alunos, visto que, atenderia às necessidades atuais exigidas na profissão desses trabalhadores. Mas, como não podemos ficar esperando essas condições apenas de verbas vindas do poder público, temos que buscar alternativas capazes de suprir essas deficiências. Uma sugestão seria a escola trabalhar com temas geradores ou projetos interdisciplinares e construir com os alunos vários materiais didático-pedagógicos, inclusive fazendo uso de materiais recicláveis.

No sentido de contribuir para o processo de aprendizagem, os instrumentos de avaliação também são fundamentais, podendo ou não trazer resultados positivos de permanência e conclusão do ensino, dependendo da concepção de Avaliação. No decorrer da

história vemos várias concepções que norteiam o processo educativo. Nesse sentido Fernandes (2000, p. 20), deixa claro que,

[...] nossas experiências em avaliação são marcadas por uma concepção que classifica as aprendizagens em certas ou erradas e, dessa forma, termina por separar aqueles estudantes que aprenderam os conteúdos programados para a série em que se encontram daqueles que não aprenderam. Essa perspectiva de avaliação classificatória e seletiva, muitas vezes, torna-se um fator de exclusão escolar.

Além de ser marcada por uma concepção tradicional de ensino-aprendizagem ao longo da história da educação, é um tema polêmico, pois vem sendo confundida com nota. Vista como nota torna-se um processo quantitativo, o qual é obtido através de alguns instrumentos, como provas, testes e outros meios, resultando numa somatória e na maioria das vezes acompanhada de pressão, medo, punição e certo controle ou poder do professor sobre os alunos. Ainda segundo Fernandes (2006, p. 21) “hoje, é voz corrente afirmar-se que a avaliação não deve ser usada com o objetivo de punir, de classificar ou excluir”. A concepção tradicional de avaliação faz parte do universo da educação de jovens e adultos na maioria das escolas, a nível nacional.

Ao questionar como é o processo avaliativo e se este interfere na permanência dos alunos, os professores responderam;

PA – O aluno é avaliado através de trabalhos, provas, participação. A avaliação interfere na permanência, pois quando o aluno está sendo avaliado no seu cotidiano ele se sente mais motivado;

PE – Minha prática avaliativa é diversificada. Acho que a mesma interfere na permanência ou não, porque depois das primeiras avaliações muitos alunos desistem.

PI – Avalio o aluno através de provas, trabalhos, seminários. Muitos alunos desistem por dificuldade de interpretar e raciocinar;

PO – Meu processo avaliativo é contínuo, ou seja, dia-a-dia. Alguns alunos que faltam muito acabam ficando prejudicados e às vezes interfere na permanência;

PU – Costumo avaliar através de atividades na sala, trabalhos individuais ou em grupos, provas bimestrais. Creio que esse processo estimula ou não o aluno a continuar ou permanecer, conforme seu grau de dificuldade em vários sentidos.

Entendemos pelos depoimentos dos professores que os instrumentos de avaliação usados, podem contribuir ou não para a permanência dos alunos. Percebemos que as formas de avaliar na maioria das vezes contribuem para a evasão dos alunos, o que ficou bem claro nas falas de: PE – “a mesma interfere na permanência ou não, porque nas primeiras avaliações muitos alunos desistem”. PI - “muitos alunos desistem, por dificuldade de interpretar e raciocinar”. Cremos que algo está errado nesse processo, visto que, os alunos procuram a escola para aprender e acabam desistindo da mesma, porque não conseguem aprender.

Também como professora da EJA, tentamos avaliar os alunos observando as participações orais, escritas de forma contínua e de diversas maneiras, como: atividades e

trabalhos individuais ou em grupos, pesquisa com apresentação ou discussão da mesma, produção de textos, todos com valores menores, além de considerar a participação e o esforço de cada um dentro de suas limitações e possibilidades. Como entendemos os problemas desses alunos, tentamos atender suas solicitações, propondo as atividades perdidas em outro momento e a recuperação paralela realizada no dia do reforço, evitando dessa forma a repetência ou exclusão.

Dependendo da forma como é realizada, a avaliação tanto pode contribuir para a permanência, como para a exclusão do aluno. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394/96, em seu artigo 24, é recomendado às Escolas de Ensino Fundamental:

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais [...].

Compreendemos que a avaliação que contribui para verificar se o aluno aprendeu ou não, não pode ser apenas em alguns momentos, mas sempre ou de forma contínua e cumulativa, diagnosticar as dificuldades e aprendizagens, observando o progresso ou não do aluno, do início ao fim do processo de aprendizagem, com vistas a intervir para que a aprendizagem ocorra, por isso necessita ser diagnóstica e formativa. Ela se torna um processo qualitativo e formativo ao observar o ser humano como um todo, considerando os aspectos sócio-afetivos, as diferentes habilidades e limitações, levantando a auto-estima e proporcionando oportunidades de aprendizagem a todos e nesse sentido a avaliação contribui para a permanência, porém, se continua sendo um fator de não permanência, como verificado no resultado da pesquisa, significa que os aspectos quantitativos estão se sobrepondo aos qualitativos, sendo necessário rever a concepção dominante nesta Unidade Escolar.

A avaliação deve ser um ato amoroso, ou seja, devemos observar os alunos com humanidade, respeitando as diferenças em geral, proporcionando a todos a oportunidade de aprender tanto o conteúdo como os valores éticos de respeito, honestidade, justiça, cidadania, dignidade e outros.

Rodrigues (2000, p. 222), em sua dissertação de mestrado em educação, escreve algumas observações de experiência do Projeto AJA de Goiânia, em relação às atitudes do professor:

[...] Vale ressaltar que, em todas as turmas as professoras se preocupavam em fazer os alunos verem que não podiam faltar, pois ali eles teriam a oportunidade de aprender, tirar dúvidas, estar com os colegas e também com eles aprender. Que se deixasse de vir para a aula em função do trabalho estavam perdendo uma das

chances de poder alterar sua condição de vida. “É isso que as classes dominantes querem”, dizia a Professora A.

Outra preocupação freqüente das professoras era de manter a turma informada do seu desenvolvimento, avanços e recuos. Vimos por vezes as professoras elogiando ou alertando os educandos para a atividade desenvolvida. E outros momentos, elas propiciavam atividades de auto-avaliação pelos alunos, levando-os a refletirem sobre sua atuação em sala, o que aprenderam ou faltava aprender [...].

Nesse modelo de avaliação da aprendizagem em que o aluno é o centro, observamos que não há comparação de um aluno com outro, mas de forma individual, as professoras analisam o progresso e contribuem para levantar a auto-estima, através da devolutiva dos acertos e reforçam a aprendizagem a partir dos erros. Ao mesmo tempo e no mesmo espaço as professoras tentam conscientizar os alunos da importância de freqüentar as aulas como uma forma de garantirem uma melhoria em suas condições de trabalho através da desalienação em relação às condições impostas pela classe dominante.

Como desafios e dificuldades enfrentados no processo ensino-aprendizagem, a forma como os professores se organizam para superá-los e sobre o plano de atendimento foi relatado da seguinte forma:

PA – Há alguns alunos mais idosos que dificultam o processo de aprendizagem. Os professores conversam nos encontros sobre esses alunos e trabalham com eles no dia do reforço semanal;

PE – A infreqüência gerada pelo cansaço, pois o aluno trabalha o dia inteiro. Os professores tentam diversificar as aulas para que os alunos gostem mais e há um atendimento especial no dia de reforço, em cada disciplina;

PI – O tempo em que o aluno fica fora da escola, dificulta o acompanhamento e a aprendizagem. Os professores tentam superar essa dificuldade no dia do reforço, mas na realidade os alunos não estão levando a sério;

PO – Os alunos que ficaram muito tempo sem estudar. Houve a mudança na grade de ensino, com o dia de reforço para trabalhar as dificuldades.

PU – As dificuldades das séries anteriores e o tempo que ficaram fora da escola. Faço uma retomada dos conteúdos anteriores, principalmente na aula de reforço que é para atender os alunos com mais dificuldade.

Concordamos que, a infreqüência pode ser provocada pelo cansaço, mas também pela metodologia utilizada, conteúdos distantes da realidade, não aprendizagem que gera o desânimo, que são desafios e dificuldades, mas discordamos que os idosos possam dificultar o processo, pois percebemos que eles possuem uma gama de conhecimentos que devem ser aproveitados, os quais enriquecem o processo de ensino aprendizagem, porém as dificuldades que eles possuem estão relacionadas aos problemas de saúde, financeiros, familiares, de memória (para o qual há tratamento, onde deveria ser investido, por parte da saúde pública) e outros vivenciados no dia a dia. E, no que se refere à memorização, quanto mais sem sentido e sem significado um conteúdo para ser memorizado, maior a dificuldade, enquanto que aqueles que são significativos e passíveis de associação, mais fáceis são para serem memorizados.

No nosso calendário municipal são reservados dois dias para conselho de classe bimestral, momento em que os professores se reúnem para discutir as dificuldades ou avanços dos alunos, bem como dos problemas de ordem pedagógica que surgem. Existe um dia de reforço semanal para os alunos que apresentam maior dificuldade, organizado por uma aula de cada disciplina, porém, ocorre que a maioria dos que precisam do reforço, não comparece e em outra turma principalmente o 1º período (5ª série), comparecem até os que não possuem grandes dificuldades, mas todos querem atenção, ficando inviável o trabalho com os que precisam mais, sendo necessário pensar e fazer o reforço de outra forma, com a presença de todos. Talvez uma metodologia a ser utilizada fossem os reagrupamentos, ou mesmo a monitoria, com em que os alunos com facilidade auxiliassem os demais, sob o acompanhamento dos professores.

Pensando nas possíveis transformações na história de vida dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino que prioriza, o atendimento da classe trabalhadora precisamos associar o "mundo do trabalho" à "educação", visto que os dois caminham juntos, no sentido de ampliar os conhecimentos sobre a sua realidade, bem como a capacidade de compreender, criticar e argumentar do sujeito, que é fundamental para qualificação da força de trabalho e melhoria da qualidade de vida. Para atingir esse objetivo, os professores precisam mergulhar no universo das questões que compõe a realidade dessa clientela, investigando os diferentes modos de aprender, tentando compreender essa heterogeneidade e as diferentes possibilidades de aprendizagens no ambiente escolar.

CAPÍTULO III

NECESSIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PRIORIZANDO O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO.

No decorrer do último século e do atual acompanhamos o desenvolvimento das técnicas de produção e dos meios de comunicação e pudemos observar os inúmeros progressos advindos dos mesmos para a humanidade, porém é necessário que saibamos transmitir às nossas futuras gerações a capacidade de análise e reflexão sobre os problemas gerados por esses meios: segregação social, degradação ambiental e da vida humana. Importante lembrar que os interesses do capital não atendem aos interesses de todos, mas de quem pode pagar e tirar daqueles que realmente trabalha, enquanto outros têm o tempo livre para pensar. Na verdade, para manter o sistema capitalista é necessário manter a alienação ou o embotamento da inteligência do indivíduo e automaticamente para enfraquecer esse sistema deveremos possibilitar que as mentes se tornem pensantes e possam encontrar uma saída mais justa e humana.

A proposta deste capítulo é a discussão de uma oferta de educação para Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional (EP), com o foco no trabalho como princípio educativo. Isso não significa que a escola tenha que parar de preparar o aluno para o mundo do trabalho, mas que, utilizando seu currículo, seja um canal de comunicação e orientação dos sujeitos, para que realmente possam ser trabalhadores capazes de viverem com dignidade. Isso é necessário, porque,

O trabalho em sua forma humana é, pois, a mediação que o homem necessita para construir-se historicamente. A centralidade do Trabalho na sociedade está precisamente em seu poder de explicação dessa sociedade e da história, não podendo, entretanto, ser confundido com a razão de ser e o objetivo último do homem enquanto ser histórico. O trabalho possibilita a realização do bem viver, que é precisamente o usufruir de tudo que o trabalho pode propiciar. A não compreensão dessa distinção pode levar muitos a confundir os momentos, numa posição carrancuda que só vê virtudes no esforço insano das camadas trabalhadora

em seu papel de carregar o mundo nas costas, ao mesmo tempo em que desenvolve comportamentos preconcebidos com relação ao tempo de não-trabalho ou ao gozo do ócio (PARO, 1999, p.106).

É importante e necessário que a escola não priorize apenas o mercado para o trabalho, mas também o lado humano das relações sociais, de suma importância na vida, visto que o ser humano está inserido numa amplitude maior de desejos e sentimentos. Portanto há a necessidade de uma formação voltada para uma perspectiva mais ampla de educação que contribua para que o aluno seja um futuro trabalhador incluído numa sociedade mais justa, através da convivência e valorização das relações pessoais e inter-pessoais de forma paralela à formação para o trabalho, que não deve ser visto como uma coisa à parte da vida, mas como parte dela. Essa intencionalidade pode e deve ser desenvolvida em nossos alunos, possibilitando a eles perceber-se como co-participantes no processo de produção e desenvolvimento e capazes de organizar-se como classe contra os abusos, injustiças e ideologias da classe burguesa dominante no momento, pois esse poder pode ser invertido ou pelo menos contagiado pelos trabalhadores.

Podemos observar a importância que os alunos dão à escola, no sentido de obterem maiores oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, ou mesmo de conquistar promoções em serviço. Quando A1 nos diz:

[...] Voltei a estudar na quinta série, pela necessidade do estudo para desenvolver mais a leitura, pois pretendo trabalhar com som e barbearia. Sempre achei que a escola ia me ajudar, pois não sabia ler direito e hoje ela faz parte da minha vida, agora não quero parar mais, quero concluir meus estudos, terminar o terceiro ano do ensino médio. A maior dificuldade é o serviço, acordo três horas da madrugada, trabalho o dia inteiro, durmo muito pouco. Muitos param de estudar por causa dos compromissos de trabalho, cansaço físico e mental, pressão do serviço. (Depoimento, realizado em nov./2008).

Também de acordo com a fala de A2:

[...] “Voltei a estudar por exigência do mercado de trabalho e estou no 4º período (8ª série). Sempre tive a melhor ideia da escola, pra mim hoje ela é o lugar que pode me trazer um futuro melhor, quero me formar e ser alguém na vida. Eu esforço muito para assistir as aulas por causa do meu trabalho”. (Depoimento, realizada em nov./2008).

A3 reforça em sua fala:

[...] O motivo de voltar a estudar é a necessidade de aprender. Pensei que a escola era aprendizagem, pois sempre tive vontade, pois a pessoa estudada é diferente, a gente não saber ler, é difícil. Hoje a escola está sendo o meu dia-a-dia, pois tenho aprendido muitas coisas e quero ter o meu próprio negócio, ou trabalhar de vendedora em loja, pois a idade não dá mesmo pra formar [...]. (Depoimento, realizada em nov./2008).

Os três depoimentos mostram que os alunos esperam o melhor da escola, no sentido de buscar o conhecimento exigido pelo mercado de trabalho, mas ao mesmo tempo o próprio trabalho dificulta essa busca, que para muitos é uma das saídas, ou melhor, uma das oportunidades, para que possam dar um novo significado à sua existência.

Nesse sentido, a escola como mediadora pode contribuir para o exercício da cidadania ao propor a formação do indivíduo sem deixar de lado os valores inerentes ao ser humano. É claro que nessa sociedade capitalista, o trabalho é essencial para manter as necessidades básicas, porém, as pessoas precisam aprender a viver socialmente de forma mais digna. Portanto, o trabalho da escola pode fazer a diferença.

Um dos pontos primordiais de reflexão do trabalhador é em relação à importância do seu trabalho na produção de riquezas, mas estas por sua vez, no sistema capitalista, são apropriadas pelos donos dos meios de produção. E, nesse processo, o trabalho que deveria contribuir para a realização do indivíduo, acaba por não propiciar ver-se no fruto do seu trabalho e nem se beneficiar dele, contribuindo para sua própria exclusão e alienação, para aumentar as diferenças sociais. As idéias neoliberais que pregam a qualidade total, veem as pessoas como objeto, pois visam atender as leis de mercado e é essa ideologia que a escola tem que contribuir para desvelar por meio de uma formação crítica e integrada que possibilite uma gama de conhecimentos para que o indivíduo possa superar a extrema fragmentação do saber e perceber os interesses que estão ocultos nas relações de trabalho, a força que a classe trabalhadora possui e não se dá conta disso, em virtude da constante pressão e exigência do sistema econômico, que,

[...] exige um aprender continuamente, por toda a vida, ante os avanços do conhecimento e a permanente criação de códigos, linguagens, símbolos e de sua recriação diária. Exige não só o domínio do código da leitura e da escrita, mas exige também competência, como leitor e escritor de seu próprio texto, de sua história, de sua passagem pelo mundo. Ao mesmo tempo, exige reinventar os modos de sobreviver, transformando o mundo, quando tão poucos vivem, e os que vivem põem à margem os considerados descartáveis, porque desprovidos de bens que até ontem o trabalho assegurava, porque constituía valor. As mudanças no mundo do trabalho produziram multidões de desempregados e a oportunidade de emprego não existe mais para muitos, com e sem qualificação (OLIVEIRA, 2004, p.39).

Nas últimas décadas estamos vivendo momentos em que a qualificação e especialização são prioridades para o capital, com o objetivo de acelerar a produtividade e responsabilizar o trabalhador pelo sucesso ou fracasso, tirando das empresas a responsabilidade em relação à qualidade do produto. O trabalho deve ser visto como um princípio educativo, por meio do qual a construção do conhecimento se dê na escola, a qual precisa integrar também no currículo, aspectos culturais que fazem parte do processo de

trabalho e da história dos sujeitos. Nesse último século e no início deste, temos presenciado cada vez mais a precarização do trabalho, além da queda súbita do emprego, que está levando milhares de pessoas para a informalidade, ou seja, uma atividade autônoma, como meio de sobrevivência, já que os postos de trabalho estão deixando de existir para uma grande parcela da população e as empresas diminuindo suas responsabilidades de assistência ao trabalhador, através da terceirização dos serviços.

Para que haja uma mudança nos paradigmas culturais e uma nova forma de ver o mundo pelas duas classes sociais vigentes no sistema capitalista é necessário que a educação se baseie em três princípios: a) construtora de autonomia - a qual só é possível se a mesma favorecer meios de libertação às classes subalternas, criando novas formas de educação popular capaz de articular essa autonomia, já que a escola no sentido geral ainda assegura uma concepção de mundo que permite a hegemonia da classe dominante, concepção que vem de um processo histórico e que está arraigada na maioria dos intelectuais dessa sociedade; b) instrumento de saber – que deverá partir do cotidiano e da vivência das classes populares, valorizando assim suas práticas, elevando a auto-estima dessas pessoas, para que possam perceber-se como produtores do conhecimento, tornando-se mais confiantes e autônomos no modo de pensar e agir, sentir e ver-se como participantes e importantes no processo de produção de riquezas. Partindo da valorização cultural desse grupo, a educação deverá abrir os horizontes em termos de busca constante pelo conhecimento. Dessa forma as classes subalternas serão capazes de atuar como agentes transformadores, pois terão a ferramenta básica para atuar como intelectuais e competir contra a ideologia das classes dominantes; c) Capacidade de direção – através da estimulação e preparação da classe trabalhadora, a fim de despertar e fortalecer nos componentes dessa classe a consciência política, que se consolidará com a união e vontade coletiva centralizada em uma força política, o partido político que atuará em favor dos interesses das massas populares.

É necessário incorporar formas diversificadas à educação popular, com o objetivo de desenvolver habilidades de organização, oralidade, coleta e sistematização de informações, que proporcionem certo grau de emancipação, autonomia e capacidade de direção. Portanto essa educação não deve ser fragmentada, mas deve ser interligada entre a teoria e a prática, de forma que atenda os interesses e necessidades da clientela, proporcionando oportunidades de reverter ou minimizar o sistema de dominação excludente da nossa sociedade.

Nas últimas décadas estamos vivendo momentos de mundialização do capital, em que não existem fronteiras para o mesmo, pois as empresas transnacionais instalam-se nos mais longínquos cantos do mundo, em busca de matéria prima e mão-de-obra barata, apesar de exigir qualificação dessa mão-de-obra.

Mesmo que os jovens e adultos busquem a escola visando apenas a qualificação exigida pelo mercado de trabalho é necessário que o sistema educacional trabalhe os valores, tratando-os com respeito, eliminando as discriminações e preconceitos e oferecendo oportunidades que lhe permitam, de acordo com suas possibilidades de tempo e horário disponível, permanecer na escola, evitando assim a exclusão permanente do aluno das salas de aula, visto que, esse aluno sempre retorna à escola, não vendo possibilidade de conclusão, muitas vezes por motivos inerentes ao sistema de ensino. Porém, esse sistema excludente, deve ser repensado, pois,

A luta de uma escola para todos somente poderá ser conseqüente quando a escola for, além de um local de aprendizagem, um local de tomada de consciência e de luta contra as desigualdades sociais em estreita relação com os movimentos sociais emancipatórios, quando então a escola encontrará seu lugar formativo/instrutivo no nosso tempo. Além de conteúdo a escola deve ensinar novas relações com as pessoas e com a natureza. Mais do que nunca, temos que saber ler as medidas que estão sendo propostas, usando um instrumento teórico que nos permita desvelar as reais intenções e as práticas das atuais políticas públicas e armar a resistência (LUDKE, 2006, p. 03).

Na verdade, temos que, no coletivo, pensar alternativas por melhores condições de atendimento do aluno, como: lutar para que as turmas sejam menores e por melhores ferramentas de trabalho; partir da realidade do aluno e ampliar o conhecimento; deixar de lado os exames que não servem para avaliar o ensino-aprendizagem, com objetivo de proporcionar a capacidade de reflexão, leitura de mundo e autonomia aos sujeitos da EJA.

A atual conjuntura exige uma aproximação das modalidades de educação de jovens e adultos e educação profissional, estruturas essas, construídas ao longo do processo, através de concepções e práticas dualistas, pois reforça a ideia de duas redes, uma para acadêmicos e outra para os trabalhadores. Para essa aproximação é preciso mudança, ao tratar a diversidade geracional da educação de jovens e adultos, tomando como base, dentre outras, a pedagogia pautada em Paulo Freire, que pode servir como modelo de educação, a fim de ofertar ao sujeito um significado à sua aprendizagem, pois terá condições de relacioná-la ao contexto da sociedade em que vive e sentir-se participante e construtor dessa sociedade.

Portanto, além do sentido de humanização, através da correção dos índices de analfabetismo condicionando aos mesmos um pouco de cidadania, os sujeitos da EJA, querem mais oportunidades de inserção profissional e por isso a necessidade de articulação e

integração dessa modalidade, com a EP, com objetivo de oferecer condições de qualificação profissional a esses sujeitos e inseri-los no mercado de trabalho. Em contrapartida os sujeitos da EP, também necessitam de uma forma mais humanizada de educação, que lhes proporcione uma visão de mundo de forma mais abrangente, uma formação multidisciplinar e flexível, voltada não apenas para a qualificação profissional, mas para o saber fazer e o saber ser.

Conscientizar o trabalhador sobre sua condição de cidadão, compreendendo que tem direito a usufruir do produto do próprio trabalho, capaz de proporcionar condições dignas de vida numa sociedade capitalista e desigual em que está inserido, é um objetivo da escola, pois,

[...] a educação do cidadão produtivo, onde o mercado funciona como princípio organizador do conjunto da vida coletiva, distancia-se dos projetos do ser humano emancipado para o exercício de uma humanidade solidária e a construção de projetos sociais alternativos (FRIGOTTO, 2003, p. 58).

No sentido de buscar uma aproximação entre os objetivos do mundo do trabalho e dos projetos do ser humano de forma mais solidária e justa, já que o ser humano constrói a sua história pelo trabalho, o qual lhe confere uma identidade, precisamos de uma educação com base no trabalho como princípio educativo para superar o afunilamento do saber que é uma forma de alienação, visto que as transformações ocorridas nos meios de produção, com os avanços tecnológicos e científicos transformam também a organização do espaço e da sociedade inserida nesse espaço. Tudo isso requer novas necessidades, exigindo dos sujeitos nova formação. Conforme nos diz alguns alunos, como: A1 – “[...] Acho que na escola devia ensinar de tudo, até aula de motivação e os professores terem mais diálogo com os alunos e mais paciência”. A4 – “[...] Em minha opinião, a escola deve ensinar tudo pra facilitar nossa vida, até mexer em computador, pois tenho que ir no banco e não sei”. Na opinião de um grupo focal de seis alunos do 2º período (6ª série) também é reforçado [...] “que na escola deveria também ser ensinado a Bíblia e computação [...]”.

Notamos na fala desses alunos vários temas importantes que eles desejam que sejam trabalhados e vários outros conteúdos ligados ao mundo do trabalho, podem ser discutidos e desdobrados em temas diversos, distribuídos nas várias disciplinas, considerando o direito a uma formação que garanta a aprendizagem e lhes proporcione maiores oportunidades de trabalho de forma mais humanizada. “É para essa população de excluídos do desenvolvimento e dos sistemas educacionais que tem sido pensada a educação de jovens e adultos. Mesmo sabendo que, ainda assim, nem todos terão direito a ela” (PAIVA, p. 01,

1997). Isso ocorre, porque apenas as condições de oferta, não significam garantias de permanência do aluno na escola e uma educação de qualidade, visto que existem outras variáveis que podem influenciar nesse processo, como vontade do poder público, recursos financeiros, currículo, práticas pedagógicas e outros.

Para que haja uma educação de qualidade é preciso pensar formas de articulação entre EJA e o mundo do trabalho, no sentido de facilitar o acesso dos sujeitos trabalhadores à escola, bem como oferecer condições de permanência e conclusão dos estudos de acordo com a clientela de cada escola, de cada lugar ou região e dessa forma atender e melhorar as condições de existência e sobrevivência de todos, ao diminuir as injustiças sociais resultantes do sistema econômico dominante, o qual prega um novo tipo de liberdade, mas na verdade, explora e castra esse direito, deixando grande parte da população à margem da sociedade. Antes de tudo, é preciso esforço, boa vontade e o compromisso das pessoas envolvidas no processo, “educadores e alunos” buscando formas de compreender o mundo do trabalho, como eixo gerador de discussão e conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo buscar identificar os fatores internos e externos à escola, os quais dificultam o acesso e a permanência dos alunos do período noturno da EJA, na Escola Municipal Auta de Souza, em Jataí – Goiás, bem como analisá-los e encontrar possíveis alternativas capazes de amenizar estas dificuldades.

No decorrer desse trabalho, através das leituras relacionadas à sua trajetória foi possível conhecer melhor a história da educação de jovens e adultos e sua evolução, as características gerais dos sujeitos alunos, a formação do professor e suas práticas de ensino na EJA. Por meio dos referenciais teóricos estudados compreendemos que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, tem apresentado vários aspectos no decorrer de seu processo histórico, dependendo dos interesses políticos, econômicos e sociais do momento vivido no país, demonstrando estar estreitamente ligada a esses interesses para conseguir as transformações necessárias em benefício da classe dominante.

Observamos que a educação de jovens e adultos cresceu em importância nos últimos anos, no Brasil, contudo, mesmo com esse avanço, ainda é grave a questão da não-permanência dos adolescentes, jovens e adultos na escola. Questão essa, que nos levou a investigar tal situação, na Escola Municipal Auta de Souza em Jataí – Goiás, no segundo semestre de 2008.

Diante dos dados coletados e as análises dos mesmos, percebemos que os alunos da EJA necessitam não só das condições de acesso garantidas por lei, mas também das

condições que garantam a permanência dos mesmos na escola. Condições essas relacionadas às seguintes variáveis: maior divulgação do período de matrículas na escola; oferta de lanche, para repor as energias do aluno trabalhador que muitas vezes não tem tempo, nem meio de transporte, para facilitar a ida do trabalho até sua casa; assistência médica, aos casos de deficiência visual, para os mais idosos, pois, a maioria dos alunos está entre 45 e 60 anos e às vezes, não possuem plano de saúde que cubra esses serviços; formação continuada para os profissionais da educação, para melhorar a metodologia desenvolvida nessa modalidade de ensino e compreender a realidade desses sujeitos, bem como a proposta de ensino, que contribuirá para a mudança de concepção e eliminação de preconceitos, com relação a esses sujeitos.

Após a realização da pesquisa documental, na secretaria da escola, analisando pastas individuais, obtivemos os dados do número de alunos matriculados no semestre já citado, num total de 160 alunos entre 16 a 65 anos. Desse total 47 alunos desistiram, correspondendo a uma porcentagem de 29,37% de evasão. Portanto, um índice alto de não permanência, que deve ser repensado e tomadas atitudes que favoreçam as condições não só do acesso, mas também da permanência desses alunos. Entendemos que nessa Unidade Escolar o número de alunos que tiveram acesso foi bom, apesar da pouca divulgação de vagas à comunidade, mesmo porque há um descaso por parte do poder público, em âmbito municipal, quanto ao processo de informação.

Entendemos que apenas a existência da lei, não é suficiente para garantia das condições de acesso e a permanência na escola, aos jovens e adultos e que um dos desafios da garantia desse direito é a falta de um trabalho sério de Políticas Públicas de Estado, no que diz respeito às verbas, para investimentos em recursos materiais e humanos. É preciso assegurar para a classe trabalhadora a igualdade no acesso e a permanência na escola a partir da consolidação da garantia de um direito público subjetivo, que seja capaz de superar a dualidade e o preconceito que, historicamente, acompanha a educação de jovens e adultos, no Brasil.

Através das falas dos sujeitos que entrevistamos, percebemos as dificuldades ou desafios vividos no dia-a-dia, mas percebemos também uma riqueza enorme nessa diversidade de idéias e capacidades, dos sujeitos trabalhadores que buscam na escola, apenas uma oportunidade de mostrar o quanto são capazes. Porém, na maioria das vezes, esses sujeitos não conseguem esse objetivo, por não permanecerem na escola. O que acontece é que

o conjunto das situações, na maioria das vezes, não está em suas mãos, nem tão pouco apenas nas mãos da escola.

Constatamos que os jovens e adultos na busca pela sobrevivência, dedicam o maior tempo para o trabalho e o motivo que os levou a deixar a escola é o mesmo que os levou a procurá-la – “o trabalho”. A maioria são trabalhadores com muita prática em suas profissões, mas não possuem a qualificação exigida pelas empresas e buscam na escola a preparação, pois, se não qualificarem, não conseguirão permanecer no emprego, mesmo porque, nas últimas décadas o desemprego aumentou com a redução dos postos de trabalho, em virtude da informatização.

Diante da temática dessa modalidade de ensino e das transformações ocorridas nos meios de produção, com os avanços tecnológicos e científicos, cremos que, há necessidade de uma oferta de educação, com o foco no trabalho como princípio educativo, ou seja, uma educação voltada para uma formação mais humana, de conscientização do valor que o trabalho tem na vida das pessoas, no sentido de que esses sujeitos se percebam como produtores de saberes e de riquezas. Dessa forma, através da correção dos índices de analfabetismo, proporcionar às pessoas, um pouco de cidadania.

Notamos na fala desses alunos algumas sugestões apontadas como forma de superação das dificuldades causadas pela dualidade “trabalho” e “educação”, pois, são desafios que devem ser superados através de uma proposta que seja capaz de conciliá-las, já que, conforme a concepção atual de mundo globalizado, a educação ganha centralidade, sobretudo pela grande demanda específica do mercado de trabalho, que exige um grau maior de qualificação.

Como propostas de possíveis intervenções que venham contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e qualidade de vida dos sujeitos da EJA, a partir da pesquisa realizada temos:

Maior atenção por parte das Políticas públicas, no sentido de preocupar com a dificuldade desses alunos trabalhadores na continuidade de seus estudos, proporcionando aos sujeitos da EJA, melhores condições de acesso e permanência na escola, através de alguns requisitos essenciais, como: oferta constante da merenda escolar, visto que esta já é garantida por lei, mas que por motivos ignorados, ela frequentemente não chega até a escola; e atendimento na área da saúde, principalmente para a deficiência visual, que dificulta a aprendizagem de grande parte dos idosos que freqüentam essa modalidade;

Formação específica e continuada para os profissionais da educação de jovens e adultos, no sentido que haja mais estudo e reflexão da proposta de ensino dessa modalidade, que permita aos profissionais compreender a educação como ato político e como forma de emancipação humana, conforme a concepção de Paulo Freire, pois o professor que atua com jovens e adultos deve possuir alguns requisitos fundamentais, como respeito ao conhecimento e experiência que o aluno traz de seu dia-a-dia, produção do conhecimento pelo aluno e professor, fazer com que o aluno seja um ser pensante e crítico, proporcionando dessa forma meios para que o sujeito educando possa refletir, analisar e propor soluções.

- Elaboração de uma proposta político-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, considerando a realidade dos sujeitos da EJA. E para elaboração dessa proposta é necessário que cada escola da educação de jovens e adultos, trabalhe com conteúdos e metodologias cujos eixos sejam construídos a partir da vivência e experiências dos sujeitos. A melhor forma é envolver toda a comunidade escolar em um trabalho com Temas Geradores, iniciando pelo diagnóstico realizado por todos os professores no início de cada período letivo (pois em cada período a realidade da clientela pode mudar), para conhecermos os temas importantes e necessários à realidade dos alunos. A partir daí que façamos uma problematização para chegarmos aos temas centrais, os quais deverão ser articulados de forma interdisciplinar. Portanto é necessário que haja momentos de estudo e planejamento entre os professores na elaboração de um projeto ideal para seus próprios alunos (onde educandos e educadores como sujeitos do processo de construção do conhecimento) e não seguir modelos prontos, pois a EJA é uma educação que deve ser valorizada, para que as pessoas sintam necessidade de retornar à escola e nela permanecer até a conclusão dos estudos necessários capaz de garantir a qualificação exigida pelo mercado de trabalho.

Entendemos que, atualmente a alfabetização não tem o objetivo apenas de capacitar o aluno ou sujeito para o mercado de trabalho, mas oferecer condições para desenvolver habilidades ou capacidades inerentes a cada indivíduo indispensável à sua formação profissional, numa proposta humanista e cidadã, pois o maior desafio para a EJA se constitui em reconhecer o direito do aluno, mudar a concepção ideológica dos educadores, buscar metodologias interessantes que desperte o desejo de estudar nos jovens e adultos, de forma que articule a EJA e o mundo do trabalho. Tudo isso pode ser uma utopia, mas se conseguirá através de investimentos na formação constante dos educadores.

Acreditamos que as questões analisadas apontaram caminhos que poderão conduzir o trabalho dos docentes dessa modalidade de educação, não em curto prazo, pois o mesmo demanda muito estudo, reflexão, ação e reflexão numa perspectiva de inclusão para uma educação de qualidade no sentido total e real. Portanto, cremos que a continuação desse trabalho é de grande importância para nossa formação e aprofundamento do tema em questão, visto que não há limite para o conhecimento, em virtude do inacabamento do ser humano.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Vanda Medrado. Textos: Tecendo os sentidos. In: **Um Salto Para o Futuro** – Série Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro, Programa n. 13, 21/05/1997.

AIRES, Robinson. **Diversidade na Educação de Jovens e Adultos: O compromisso dos Municípios**. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br>. 2006. Acesso em 19/06/2008.

ANDRADE, Eliane Ribeiro. Os sujeitos educandos na EJA. In: **TV Escola, Salto para o Futuro. Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida**. Boletim, 20 a 29 de set. 2004. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/eja/index.htm>. Acesso em 11/11/2008.

_____. Eliane Ribeiro. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos**. Editora: DP&A, Rio de Janeiro, 2004.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. **Fundef: Uma Avaliação preliminar dos dez anos de sua implantação**. Caxambu, MG; Anped/Gt Estado e Política Educacional, 2007.

BARRETO, José Carlos e BARRETO, Vera. Um sonho que não serve ao sonhador. In: **Alfabetização e Cidadania**, Ano1, nº. 1. São Paulo, SP: RAAAB, out./1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CEB/CNE 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. **Documento Base Nacional**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 19/06/2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o FUNDEB**. Brasília, 2007.

BRASIL, Congresso Nacional. Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**, 2006.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9394 de 24 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Relatório - Síntese do 5º Encontro Nacional do Mova**. Centro de Treinamento em Educação/CNTI. Luziânia – GO 09 a 11 de junho de 2005. Disponível em www.forumeja.org.br. Acesso em 04/03/2007.

CENTRO DA AÇÃO COMUNITÁRIA – CEDAC. Quem é o educador de jovens e adultos. In: **Rede de Saberes**: alfabetização de pesquisadores artesanais. Informações, reflexões e pistas metodológicas na formação de educadores. Ed. Especial, Brasília, DF: MAPA, 2005.

CLÍMACO, Arlene Carvalho de Assis. **Movimentos Sociais, Trabalho e Educação – o desafio da democratização**. Goiânia, 2007, (digitado).

CURY, Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (REPAE)** – V.23, N. 3, p.483-495, Set/Dez.2007. Porto Alegre: ANPAE, 2007.

FERNANDES, C. O; FREITAS, L. C. Currículo e avaliação. In. MEC; **Indagações**: sobre currículo. Brasília: MEC, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: az e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador produtivo ou o ser humano emancipado? In: **Revista Trabalho Educação e Saúde**, 1 (1); p. 58, 2003.

GOIÁS, Conselho Estadual de Educação – CEE/GO. **Parecer Pedagógico Subsidiário – EJA**, 2006. Disponível em <http://www.cee.go.gov.br>. Acesso em 19/12/2008.

HADDAD, Sérgio. Por uma nova cultura na educação de jovens e adultos, um balanço de experiências de poder local. **Ação Educativa**: GT Educação de pessoas jovens e adultos n. 18. Disponível em <http://www.anped.org.br> 2007. Acesso em 19/12/2008.

KHOL, Marta de Oliveira. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. MEC/UNESCO. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO/MEC. Anped, 2005 (Coleção educação para todos; 6).

MACHADO, Maria Margarida. **A prática e a formação de professores na EJA**: Uma análise de dissertações e teses produzidas no período de 1986 a 1998; UFG – Universidade federal de Goiás, Goiânia.

MOURA, Daniel Henrique. EJA: Formação técnica integrada ao Ensino Médio – proposta curricular. In: TV Escola, **Salto para o futuro. Boletim**, 16 de setembro de 2006. Secretaria de Educação a Distância, Ministério da Educação.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Pensando o currículo na Educação de jovens e adultos. In: PAIVA, Jane (orgs.). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OLIVEIRA, Edna Castro de. Sujeitos-professores da EJA: visões de si mesmos em diferentes contextos e práticas. In: TV Escola, **Salto para o Futuro. Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida.** Boletim, 20 a 29 set. 2004. Disponível em <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004>. Acesso em 17/11/2008

PAIVA, Jane. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos. In: **Revista Brasileira de Educação**, Dez, 2006, vol.11, nº.33: ISSN 1413-2478. Disponível em <http://www.anped.org.br>. Acesso em 03/11/2008.

_____ Educação de Jovens e Adultos: questões atuais em cenário de mudanças. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos.** Editora DP&A, Rio de Janeiro, 2004.

_____ Proposta Curricular. **Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em <http://www.tvebrasil.com.br/salto>. Acesso, em 27/10/2008.

_____ Espelho, espelho meu: diga-lhes quem sou eu. In: **Um Salto Para o Futuro – Série Educação de Jovens e Adultos.** Rio de Janeiro, Programa n. 4, 08/05/1997.

_____ Trabalho: a mão na massa. In: **Um Salto Para o Futuro – Série Educação de Jovens e Adultos.** Rio de Janeiro, Programa n. 10, 06/05/1997.

_____ A educação que queremos. In: **Um Salto Para o Futuro – Série Educação de Jovens e Adultos.** Rio de Janeiro, Programa n. 07, 13/05/1997.

PARO, Victor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETI, Celso J. e outros (Orgs.) **Trabalho, Formação e Currículo – para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

PIERRO, Maria Clara Di. Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil. **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos.** — Brasília; UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. 362p. – (Coleção educação para todos; 3).

ROMÃO, José E. Educação de Jovens e Adultos – problemas e perspectivas. In: GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria prática e proposta.** Editora Cortez: Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2006, (Guia da escola cidadã, v. 5).

RODRIGUES, Maria Emília de Castro. **A prática do professor na Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos:** a experiência do Projeto Aja de Goiânia/GO. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

_____ **Tema Gerador.** Goiânia, Go, 2003 (mimeo).

SILVA, Ivonete Maria. “**Ou trabalha e come, ou fica com fome e estuda**”: o trabalho e a não-permanência de adolescentes, jovens e adultos na escola em Goiânia. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2004.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, Políticas Públicas e Educação de Adultos. In: GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria prática e proposta**. Editora Cortez: Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2006, (Guia da escola cidadã; v. 5).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2000 (Cadernos Pedagógicos do Libertad: v. 1).

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: Revendo alguns marcos históricos**. Disponível em, [http://www.uff.br/ejatrabalhadores/art.01,html](http://www.uff.br/ejatrabalhadores/art.01.htm), 2006.

VIEIRA, Sofia L. FARIAS. Isabel M. S. de. **Política educacional no Brasil: Introdução histórica**. Brasília: Liber Livro Editora,

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ALUNOS

IDENTIFICAÇÃO:

Qual é o seu nome? _____

Idade? _____ Estado civil? _____

Tem filhos? _____ Quantos? _____ Idade? _____ Profissão?

DADOS ESCOLARES

1. Você já estudou antes? (SE SIM) Qual a série? Como era?
2. Já repetiu o ano alguma vez? Por quê?
3. Você parou de estudar alguma vez? Ficou quanto tempo sem estudar? O que a/o fez sair da escola? (SE NÃO) O que a/o impediu de estudar quando mais jovem?
4. Você estuda atualmente? Em qual série?
5. O que a/o motivou a voltar ou procurar a escola agora?
6. Que idéia você tinha da escola?
7. O que é ela hoje para você?
8. Quais as suas expectativas em relação à escola? Destas expectativas o que é mais importante atingir?
9. Você encontra dificuldades em freqüentar as aulas? Fale sobre elas. Qual a/s maior (es) dificuldade(s) que enfrenta para estudar?
10. E seus colegas, o que dizem a respeito do assunto?

11. Você tem alguma(s) dificuldade(s) na aprendizagem dos conteúdos trabalhados na escola?
Quais? O que causa essa dificuldade?
12. E seus colegas, o que dizem sobre isso?
13. Em sua opinião, o que deveria ser ensinado na escola?
14. O que facilitaria para melhorar sua aprendizagem na escola?
15. Para você, o que leva os alunos à desistência da escola?
16. O que você propõe para melhorar o processo ensino-aprendizagem na escola?

ROTEIRO DE ENTREVISTA: PROFESSOR, COORDENADOR, GESTOR.

IDENTIFICAÇÃO:

Qual é o seu nome? _____

Idade? _____ Estado civil? _____

DADOS PROFISSIONAIS GERAIS

Formação? _____

Há quanto tempo atua na educação? _____

E na EJA? _____

DADOS PROFISSIONAIS NA ESCOLA MUNICIPAL AUTO DE SOUZA

1. Como se dá o acesso dos alunos à escola? Há divulgação?

2. Quando a/o aluna/o da EJA chega à escola é feito um diagnóstico:

a. Do que levou a/o(s) aluna/o(s) procurar a escola?

b. Se ele já estudou antes (EM CASO AFIRMATIVO): se já repetiu de ano, há quanto tempo está sem estudar, porque parou de estudar; (EM CASO NEGATIVO), o que a/o impediu de estudar?

c. O que ele espera da escola? (necessidades, interesses)

d. Que concepção traz de escola?

e. Que conhecimentos possuem em cada área/disciplina?

3. O que é feito com esse diagnóstico?

4. É elaborado um plano de curso considerando o perfil do aluno que se tem e se pretende formar; os interesses, necessidades e saberes que esse aluno possui e necessita aprender?

5. Como são selecionados os conteúdos que são trabalhados com os alunos da EJA? Eles são significativos para os alunos? Por quê?
6. O que é fundamental trabalhar com eles?
07. Como é desenvolvido o trabalho (metodologias utilizadas, recursos etc.) com os alunos da EJA?
08. As metodologias utilizadas correspondem ao que os alunos da esperam da escola? Se sim, por quê? Se não, o que ocorre? Há um confronto entre a metodologia proposta pela/o professora/or e o que eles querem? Como é feita a negociação dessas concepções e metodologias?
09. Quais os desafios e dificuldades enfrentados no processo ensino-aprendizagem dos alunos da EJA?
10. Como as/os professoras/es se organizam para superar esses desafios/dificuldades dos alunos?
11. Há um plano de atendimento especial para trabalhar com alunos que estava há muito tempo sem estudar e/ou que necessitam de um reforço? Quem o elabora? Quem o executa?
12. Como é o processo avaliativo da escola? E a sua prática avaliativa. Você considera que a avaliação interfere na permanência ou não dos alunos na escola? Por quê?
13. Em sua opinião, por que muitos alunos não permanecem na escola?
14. O que deve ser mudado para amenizar a situação de evasão?
15. O que você propõe para garantir o acesso, a permanência e conclusão do processo escolar do aluno da EJA com sucesso?